



EDISON LUIS AMARAL DE MOURA

**MEMÓRIA, IGUALDADE RACIAL E IMPRENSA: UMA ANÁLISE DA
CONJUNTURA DA PROMULGAÇÃO DA LEI AFONSO ARINOS EM PERIÓDICOS
DOS DIÁRIOS E EMISSORAS ASSOCIADOS**

CANOAS, 2021

EDISON LUIS AMARAL DE MOURA

**MEMÓRIA, IGUALDADE RACIAL E IMPRENSA: UMA ANÁLISE DA
CONJUNTURA DA PROMULGAÇÃO DA LEI AFONSO ARINOS EM PERIÓDICOS
DOS DIÁRIOS E EMISSORAS ASSOCIADOS**

Relatório submetido como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, Canoas, RS, em cumprimento às exigências legais como requisito final à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
Co-Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan

CANOAS, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M929m Moura, Edison Luis Amaral de.

Memória, igualdade racial e imprensa [manuscrito] :uma análise da conjuntura da promulgação da lei Afonso Arinos em periódicos dos Diários e Emissoras Associados / Edison Luis Amaral de Moura – 2020.

79 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2020.

“Orientação: Prof. Dr. Artur Cesar Isaia”.

1. Memória. 2. Negros. 3. Imprensa. 4. Diários e Emissoras Associados. I. Isaia, Artur Cesar. II. Título.

CDU: 316.7

EDISON LUIS AMARAL DE MOURA

Trabalho Final aprovado como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA



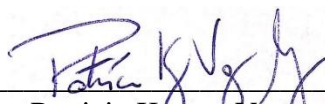
Prof. Dr. Gladir da Silva Cabral
Universidade do Extremo Sul Catarinense




Profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin
Universidade La Salle



Prof. Dr. Wagner dos Santos Chagas
Universidade La Salle



Profa. Dra. Patricia Kayser Vargas Mangan
Coorientadora – Universidade La Salle



Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
Orientador e Presidente da Banca – Universidade La Salle

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais

Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 10 de dezembro de 2020.

À Ruth Amaral de Moura, minha mãe, inspiração para lutar
e resistir.

À memória do meu saudoso pai, Paulo de Moura.

AGRADECIMENTOS

A meus familiares, especialmente à minha companheira Simone, apoios fundamentais em todos os momentos.

Ao meu orientador, prof. Dr. Artur Cesar Isaia e à minha co-orientadora, profa. Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan, figuras imprescindíveis para que eu concretizasse o sonho de chegar ao mestrado.

À profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, pelo apoio e carinho de sempre.

Ao prof. Dr. Wagner dos Santos Chagas, pelas sugestões valiosas por ocasião de meu Exame de Qualificação.

*Lá vem o navio negreiro
Cheio de melancolia
Lá vem o navio negreiro
Cheinho de poesia...
Lá vem o navio negreiro
Com carga de resistência
Lá vem o navio negreiro
Cheinho de inteligência*

(Solano Trindade)

RESUMO

Este Relatório diz respeito às atividades desenvolvidas pelo mestrando Edison Luis Amaral de Moura durante a sua permanência no Curso de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, Canoas - RS. O Relatório diz respeito ao desenvolvimento do Projeto “Memória, igualdade racial e imprensa: uma análise da conjuntura da promulgação da Lei Afonso Arinos em periódicos dos Diários e Emissoras Associados”. Durante a sua permanência no referido Programa de Pós-Graduação, o mestrando elaborou coleta de dados em jornais, pesquisas bibliográficas e textos referentes ao material empírico coletado. A pesquisa teve viés metodológico qualitativo e concluiu pela invisibilidade do negro como sujeito histórico nas páginas dos jornais consultados. O protagonismo político aparece nas elites políticas, representadas principalmente por Afonso Arinos de Mello Franco.

Palavras-Chave: Memória; Negro; Diários e Emissoras Associados.

ABSTRACT

This Report concerns the activities developed by the master student Edison Luis Amaral de Moura during his stay in the Post-Graduate Course in Social Memory and Cultural Property at La Salle University, Canoas, RS. The Report concerns the development of the Project “Memory, racial equality and the press: an analysis of the situation of the promulgation of the Afonso Arinos Law in periodicals of the Diaries and Associated Broadcasters”. During his stay in the aforementioned Graduate Program, the master's student prepared data collection in newspapers, bibliographic research and texts referring to the empirical material collected. The research had a qualitative methodological bias and concluded by the invisibility of the black as a historical subject in the pages of the consulted newspapers. Political protagonism appears in the political elites, represented mainly by Afonso Arinos de Mello Franco.

Keywords: Memory; Black; Associated Diaries and Broadcasters.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MEMORIAL	13
3 PROJETO DE PESQUISA	19
3.1 Problema	19
3.2 Objetivos	20
3.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	20
3.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	20
3.3 Justificativa	20
3.4 Referencial Teórico	21
3.5 Metodologia	23
3.6 Recursos	24
3.7 Cronograma	25
3.8 Referências	25
4 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	27
5 TEXTOS PRODUZIDOS	37
5.1 Assis Chateaubriand: o dono de um império jornalístico	37
5.2 Lei Afonso Arinos de Melo Franco: A “Dádiva” de um Conservador	48
5.3 Fernando Dias: o Drama de um Menino Negro “Beneficiado” Pela Lei Afonso Arinos	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICES	69
Apêndice A – Desenho “The Happy School”	70
Apêndice B – Desenho “Menino Fernando”	72
ANEXO	74
Anexo A – Ilustração da crônica “Lei Afonso Arinos”.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Incidência de Teses e Dissertações sobre Afonso Arinos CAPES.....	28
Quadro 2 – Incidência de Teses e Dissertações sobre Racismo CAPES.....	28
Quadro 3 – Incidência de Teses e Dissertações sobre Imprensa CAPES.....	29
Quadro 4 – Descritores Afonso Arinos no jornal <i>Diário da Noite</i> , do Rio de Janeiro (1950-1959).....	29
Quadro 5 – Descritor racismo no jornal <i>Diário da Noite</i> , do Rio de Janeiro (1950-1954).....	31
Quadro 6 - O incidente Katherine Dunham no jornal <i>Diário da Noite</i> , do Rio de Janeiro.....	34
Quadro 7 - Descritor Sincretismo no jornal <i>Diário da Noite</i> , do Rio de Janeiro (1950-1954)	35
Quadro 8 – Notícias sobre o caso da Escola Brasil-Canadá no jornal <i>Diário de Notícias</i> , do Rio de Janeiro.....	36

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório Final traz uma descrição das atividades realizadas entre julho de 2018 a dezembro de 2020, período que compreende minha permanência no Curso de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, Canoas-RS.

Desde o meu primeiro contato com a Secretaria do Curso, em que me foram passadas informações iniciais a respeito, direcionei meus interesses para uma pesquisa inerente à linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade. Uma vez que desde minha Graduação em História, também cursada na Universidade La Salle, tenho demonstrado interesse pelos estudos que envolvem o contexto da memória e da identidade. Dessa forma, meu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, realizado sob orientação do prof. Dr. Artur Cesar Isaia, teve como título “O incidente Katherine Dunham e sua influência na mídia impressa”, o que comprova meu interesse por essa modalidade de pesquisa. Por outro lado, conforme fica evidente no Memorial apresentado, minha vivência como líder sindical, como homem negro e como cidadão comprometido com as lutas políticas por uma sociedade mais justa e inclusiva, direcionou-me a estudos que tivessem como foco a memória e a identidade.

Durante as leituras realizadas, ainda como graduando, questões referentes ao racismo, aos preconceitos e sua permanência na sociedade brasileira encaminharam-me para o Projeto desenvolvido no curso de Mestrado. Penso que a temática aqui analisada se justifica plenamente, tendo em vista que as discussões referentes ao racismo permanecem importantes em uma sociedade ainda tão desigual como a nossa. Por outro lado, a escolha em trabalhar com um periódico como o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, igualmente encontra justificativa, tendo em vista as características próprias desse jornal.

Surgido como o “jornal da Revolução” (CPDOC, 2020), comprometido com a luta contra a oligarquia cafeeira dominante incontestavelmente até 1930, o *Diário de Notícias* logo afinou seu ideário por intermédio de um discurso reformista e liberal, o que fica claro durante os anos 1950, período focalizado no Projeto aqui desenvolvido. Indício maior do envolvimento do jornal com o projeto liberal e contrário à política nacionalista vamos encontrar no início do período analisado neste Projeto, quando o jornal explicita seu apoio ao candidato udenista, brigadeiro Eduardo Gomes (CPDOC, 2020). A União Democrática Nacional (UDN) era uma sigla completamente alinhada com um ideário reformista e defensor da internacionalização da economia brasileira. Outro indício encontra-se nas discussões da conjuntura que antecederam a criação da Petrobras, alinhando-se o jornal com as forças políticas ao monopólio estatal do

petróleo defendido por Vargas (JORNAL DO SENADO, 2014, p. 7).

Como homem negro, comprometido com as lutas sociais e com a afirmação dos direitos humanos, o tema do racismo sempre esteve presente em minhas preocupações, tanto acadêmicas quanto como cidadão. Dessa forma, elegi o seguinte problema de pesquisa, no qual estão presentes a temática do racismo e o jornal eleito como fonte de estudo: O posicionamento do *Diário de Notícias* de Porto Alegre frente à questão da igualdade racial relacionava-se com conteúdos da memória social, expressos na forma de preconceito, e com um discurso paternalista e comprometido com uma representação alicerçada na harmonia racial e social?

Por outro lado, ao escolher um jornal como fonte de pesquisa, estamos, igualmente, reconhecendo-o como um “lugar de memória”, o que vai ao encontro, tanto das características do Programa de Pós-Graduação no qual estamos articulados, quanto da Linha de Pesquisa Memória, Cultura e Identidade. O reconhecimento do jornal como um “lugar de memória” vem a partir dos estudos de Ítala Manduell (2015). A autora defende o perfil do jornal como um “lugar de memória”, ao manifestar que

Embora Nora não o tenha mencionado, como fez com “museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações”, assume-se aqui a premissa de que o jornal impresso pode, sim, ser compreendido como um lugar de memória. Na concepção do autor, lugares de memória têm necessariamente três sentidos: material, funcional e simbólico, em graus diversos. Cita como exemplo a noção de geração, que seria material, por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, ao garantir ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; e simbólica, em que um acontecimento ou experiência vividos por um pequeno número caracteriza uma maioria que dele não participou (MANDUELL, 2015, p. 34).

Ainda, para Manduell (2015), no jornal estão presentes as três características levantadas por Pierre Nora para configurar um lugar de memória: a material, “tratando-se de um produto cultural, disponível para consulta em bibliotecas e bancos de dados”; a funcional, “por seu caráter de prestação de serviços e informação”; e a imaginária, com a atividade jornalística constituindo-se e legitimando-se “[...] como um dos principais discursos semantizadores da realidade e das suas transformações” (MANDUELL, 2015, p. 34).

2 MEMORIAL

Nome: Edison Luis Amaral de Moura

Filiação: Paulo de Moura e Ruth Amaral de Moura

Data de nascimento: 17/05/1962, em Porto Alegre-RS

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Bancário e professor

Endereço: Rua Victor Ely Von Frankemberg, 232, Bairro Vila Farrapos. Porto Alegre (RS), CEP 90.250-640.

Formação Acadêmica:

Graduação:

- Licenciatura em História - Universidade La Salle - Canoas-RS – Conclusão 2017/2;
- Bacharelado em História - Universidade La Salle - Canoas-RS – Conclusão 2018/2;
- PPG: Mestrando em Memória Social e Bens Culturais - Universidade La Salle – Canoas-RS.

Idiomas: Proficiência em inglês

Nascido e criado no Quarto Distrito de Porto Alegre, inicialmente na Vila Dona Teodora e, seis anos depois, com mudança para a Vila Farrapos, no extremo norte da Zona Norte, na divisa com o município de Canoas, e tendo como barreira física entre os dois municípios apenas o rio Gravataí. A região onde se estabeleceu o loteamento da COHAB - Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - era ocupada em sua totalidade por trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda do próprio Quarto Distrito, considerado naquela época o distrito industrial de Porto Alegre, devido a grande quantidade de empresas estabelecidas nos bairros contidos nos limites do distrito.

O antigo Ensino Primário foi iniciado aos seis anos de idade, quando o aconselhado pelo sistema educacional da época era o início aos sete anos de idade. O fato é que minha progenitora, uma mulher, negra, trabalhadora e sindicalista, naqueles que foram considerados os anos de chumbo da Nação brasileira, apresentou à diretora da Escola Municipal Dolores Alcaraz Caldas na Vila Dona Teodora o argumento de que: se o meu filho já sabe ler – e eu já sabia – ele pode muito bem queimar a etapa do jardim de infância. Após uma longa discussão, sobre a qual não tenho muitas lembranças, a diretora aceitou os argumentos da “dona” Ruth e eu fui matriculado na primeira série do primário no cinzeno ano de 1968. O ensino primário fundamental foi concluído no Grupo Escolar Farrapos II, por conta da aquisição por parte de meu pai, Paulo Moura, de uma casinha popular na Vila farrapos.

Aquele que na época era denominado Ensino Ginásial foi cursado no hoje extinto Ginásio da Paz, uma escola particular de confissão luterana, situada próxima à Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes. Importante salientar, mais uma vez, a atuação da mãe sindicalista que conseguiu, através do Sindicato dos Moveleiros, do qual “dona” Ruth era dirigente, uma bolsa de estudos integral, pois sem isso a família não teria condições de pagar sequer a matrícula.

O que hoje conhecemos como Ensino Médio, na época, era denominado Segundo Grau, foi cursado no Colégio Estadual Cândido José de Godóy, educandário que existe até hoje na Avenida França, bem próximo à antiga fábrica de chocolates Neugebauer, e onde conheci pela primeira vez o sabor amargo de uma reprovação. Em 1979, ao cursar o segundo ano do segundo grau, entrei em recuperação, na disciplina de língua portuguesa, fato esse que acontecia pela primeira e única vez em toda a minha trajetória pelos bancos escolares.

Após a conclusão do Segundo Grau, teve início o meu envolvimento com a cidade de Canoas. Em 1981, prestei serviço militar na Base Aérea de Canoas. Cabe lembrar que no início dos anos 1980, ainda vivíamos sob o jugo de uma ditadura militar, portanto o serviço militar naquele período, além de obrigatório, era muito rigoroso na questão ideológica. Ao término do serviço militar foi necessário entrar no mercado de trabalho a fim de complementar a renda familiar. Meu primeiro emprego foi como *office boy*/datilógrafo em um escritório de uma pequena firma de importação de rolamentos. Trabalhei por pouco tempo na empresa e logo consegui emprego em um dos maiores, senão o maior banco do país na época, o Banco Brasileiro de Descontos - Bradesco. Nesse período ocorre, também, um afastamento do sistema educacional, afastamento esse que se estenderia até o ano de 2013 com o início do curso superior em História no então Centro Universitário La Salle. Sobre o retorno aos estudos falaremos mais adiante.

O ano de 1983 marcou minha entrada no mercado profissional, mais precisamente na categoria dos bancários. No mês de outubro fui contratado como escriturário no setor de compensação de cheques do Bradesco. Naquele momento, vivia-se no Brasil o embrionário sistema de automatização do setor financeiro e, alguns poucos anos mais tarde, o serviço de compensação ocorreria totalmente de forma virtual. Essa transformação seria altamente prejudicial aos trabalhadores, no sentido de que reduziria drasticamente o número de postos de trabalho e conseqüentemente afetaria de forma decisiva as relações entre empregados e patrões (SINDBANCÁRIOS-POA, 2020). Imaginando traçar uma estratégia de ascensão profissional inscrevi-me e fui aprovado em um concurso interno para uma vaga no D.P.D. Departamento de Processamento de Dados do Bradesco, um serviço ao qual hoje denomina-se TI ou Tecnologia

da Informação. Infelizmente, no início dos anos 1990, essa área também iniciaria um processo de enxugamento e mais uma vez os empregados da categoria bancária seriam vítimas de uma enorme redução de seus quadros funcionais. Com o advento da rede mundial conhecida como internet, os bancos não tinham mais a necessidade de manter um setor com o custo salarial de vários empregados e de equipamentos que rapidamente se tornavam obsoletos (SINDBANCÁRIOS-POA, 2020). Dez anos e alguns meses após ser contratado assinei minha carta de demissão do Bradesco.

Naquele mesmo ano de 1994, no qual fui desligado do Bradesco fui admitido em uma empresa de transporte de valores que prestava serviços de terceirização para os setores de compensação de vários bancos, a Prosegur (SINDBANCÁRIOS-POA, 2020). Mais uma vez, a ala financeira do mercado de trabalho utilizava-se da face mais perversa do capitalismo neoliberal para reduzir postos de serviço e precarizar, ainda mais as condições de atuação dos empregados dos bancos. Ao contrário do que se poderia imaginar, os empregados de empresas terceirizadas não seriam beneficiados pelas mudanças (SINDBANCÁRIOS-POA-2020). Os empregados dessas terceirizadas, percebiam salários e benefícios inferiores a cinquenta por cento daqueles que permaneciam na categoria bancária. Os terceirizados também não poderiam contar com a proteção de um sindicato que, já naquela época, estava conectado com instituições semelhantes, estabelecidas na maior parte do território nacional, principalmente nas capitais estaduais, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região Metropolitana (SINDBANCÁRIOS-POA, 2020).

Ainda no ano de 1994, comecei a prestar serviços terceirizados dentro de uma outra grande instituição bancária, União de Bancos Brasileiros - Unibanco. A partir dessa prestação de serviços obtive a oportunidade de me candidatar e ser admitido em uma vaga como auxiliar horista, dentro do Unibanco, voltando ao setor de origem na categoria bancária: a Compensação. Naquele momento, o Unibanco ainda se encontrava em um patamar inferior dos avanços tecnológicos atingidos pelo Bradesco.

Assim como no momento de entrada no Bradesco, o setor do Unibanco onde ingressei possuía aproximadamente mil empregados e funcionava em quatro turnos que abrangiam as vinte e quatro horas do dia, ininterruptamente. Infelizmente, esse período de estabilidade não iria durar muito, pois logo no início dos anos 2000, também o Unibanco iniciou o processo de enxugamento de seu quadro funcional, substituindo pessoas pelos equipamentos de automação bancária (SINDBANCÁRIOS-POA, 2020). Também ali o setor de compensação foi extinto e substituído por um sistema virtual, não sem enorme redução do quadro funcional.

A maioria dos serviços, antes realizados no setor administrativo interno do banco, foram transferidos para empresas terceirizadas que, logo em seguida, assumiram o controle do prédio onde funcionavam os serviços internos do banco, recontratando uns poucos funcionários e demitindo os demais (SINDBANCÁRIOS-POA, 2020). Alguns empregados foram mantidos como bancários e, para esses, as relações de trabalho se tornaram extremamente hostis, a ponto de contribuírem para o aparecimento de diversas enfermidades ocupacionais; mais uma vez, a balança das relações profissionais pendeu vertiginosamente a favor do empregador (SINDBANCARIOS-POA, 2003).

Com a permanência no Unibanco, após a enxurrada de demissões, e no intuito de dar minha contribuição na luta pelos direitos da categoria bancária, decidi seguir os passos de minha progenitora e abraçar a bandeira do sindicalismo. No ano de 2007, apresentei minha candidatura e fui eleito dirigente sindical, como representante dos empregados do Unibanco na RS Federação Estadual das Trabalhadoras e Trabalhadores do Ramo Financeiro do Rio Grande do Sul - FETRAFI. Apesar de participar de uma entidade sindical de base estadual, minhas atividades como dirigente eram, em sua maioria, realizadas na base de Porto Alegre e Região Metropolitana (FETRAFI-RS, 2020).

Em novembro de 2008, o Unibanco entrou em processo de fusão com o banco Itaú, na formação do maior conglomerado financeiro do hemisfério sul. Muitas agências foram fechadas e milhares de funcionários demitidos em virtude da superposição de agências e de postos de trabalho (CONTRAF-CUT, 2020).

Em 2011, representei a FETRAFI-RS no 1º Fórum A Invisibilidade Negra no Sistema Financeiro, evento promovido pela Confederação Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Financeiro – CONTRAF, em Salvador, na Bahia (CONTRAF-CUT, 2020).

O ano de 2013 foi marcado pelo meu retorno aos estudos com minha entrada na vida acadêmica no Unilasalle, então Centro Universitário, mais precisamente no curso de História. Após trinta anos afastado dos bancos escolares, realizava um velho sonho de infância. Sou profundamente grato a essa instituição que me acolheu com a mesma dedicação concedida aos demais colegas bem mais jovens, de forma que não senti nenhuma diferença de tratamento em relação à idade avançada.

As disciplinas com as quais mais me identifiquei, no curso, foram as de História do Brasil, Afro-asiática, Moderna, da América, e História Antiga. Acho importante salientar que essas disciplinas, juntamente com as demais, e aliadas à minha militância no coletivo de Igualdade Racial do Sindbancários, exerceram relevante influência nas escolhas,

primeiramente, do tema do TCC da Licenciatura que versava sobre o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; já o tema do Bacharelado tratou do papel da mídia impressa na conjuntura da Lei Afonso Arinos (primeira lei antirracismo do Brasil).

A partir do ingresso no mestrado em Memória Social e Bens Culturais, sob a orientação do professor Artur e da professora Patrícia, decidimos dar seguimento à pesquisa relacionada à Lei Afonso Arinos e, como produto final, optamos pela entrega de um relatório sobre a pesquisa.

No mesmo ano de 2013, com o apoio do Sindbancários de Porto Alegre, coordenei, ao lado dos dirigentes negros e negras do Sindbancários, a primeira edição da Semana da Consciência Negra do Sindbancários. Nesse evento de três dias foi realizada uma palestra do professor Raul Rois Schefer Cardoso, da Universidade La Salle sobre *A Escravidão no Rio Grande do Sul*. O Cinebancários apresentou o filme do renomado cineasta negro norte-americano Spike Lee intitulado *Faça a coisa certa*. O evento contou com apresentação dos tamboreiros Ciro e Luciano que executaram toques de Umbanda e Nação. No encerramento do evento, os participantes foram convidados a um jantar com culinária africana da Costa do Marfim. O jantar foi produzido pela chef Marina Rodrigues, mais conhecida como Tia Marina, especializada em culinária de matriz africana. Desde 2013, o Sindbancários incorporou em sua programação a Semana da Consciência Negra (SINDBANCÁRIOS, 2020).

Em 2016, representei novamente os bancários do Rio Grande do Sul no III Fórum da Invisibilidade Negra no Sistema Financeiro, realizado em Curitiba, no Paraná (CONTRAF-CUT, 2020). Minha última participação nesse evento ocorreu em 2017, no IV Fórum, realizado em Recife-PE (CONTRAF-CUT, 2020).

O ano de 2017 foi muito importante para minha formação acadêmica, pois foi quando obtive a colação de grau no curso de Licenciatura em História, em que fui, com muito orgulho, orientado pela professora doutora Cleusa Maria Gomes Graebin. No ano seguinte, concluí minha segunda graduação, dessa vez no Bacharelado em História, com o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC sob a firme e segura orientação do professor doutor Artur Cesar Isaia.

Em 2018, iniciei o próximo passo de minha vida acadêmica com o ingresso no PPG em Memória Social e Bens Culturais. Nesse curso, tenho como orientador o professor doutor Artur Cesar Isaia, e como co-orientadora a professora doutora Patrícia Kayser Vargas Mangan. Até o presente momento cursei as seguintes disciplinas: Cultura, Memória Social, Oficina de Marketing Cultural, Oficina de Linguagens Culturais e Suas Formas de Expressão, Patrimônio

Cultural e Natural, Seminário Cultura, Memória e Expressões Artísticas, Seminário Indústrias Criativas, Seminário Paisagens e Identidades Urbanas, Exame de Qualificação, Exame de Proficiência em Língua Estrangeira.

Durante o mestrado, tive a oportunidade de participar dos seguintes eventos:

- RIGPAC 2018
- Sarau Literário 2018
- Jornadas Mercosul 2018
- Sarau Cultural do SESC Canoas
- Palestrante no IV Colóquio Discente de História e III Colóquio Internacional de Cultura e Religiosidades Afro-brasileiras 2018 (com publicação)
- Jornadas Mercosul 2019
- Apoio à Orientação do TCC de Maria Suely Lopes Menegoto (graduanda em História) em 2019, por orientação da professora Cleusa Maria Gomes Graebin
- V Colóquio Discente de História e IV Colóquio Internacional de Cultura e Religiosidades Afro-brasileiras 2019 (com publicação)
- Oficineiro Universos Paralelos 2019
- SEFIC 2020.

Para finalizar, gostaria de expressar minha eterna gratidão à instituição Universidade La Salle por todo o apoio e suporte ao longo desses sete anos de convívio. Também manifesto aqui minha honra e orgulho por ter compartilhado a sala de aula com todos os professores e professoras, colegas e funcionários durante toda minha trajetória acadêmica nessa conceituada e generosa instituição.

Com o sentimento de que minha história na Universidade La Salle não se encerra com esse mestrado, pois os planos são de levar adiante essa trajetória, com o próximo passo, quem sabe, dado em direção a um futuro doutorado.

3 PROJETO DE PESQUISA

Por estar matriculado em um Programa de Mestrado com característica interdisciplinar e, igualmente, profissional, explicitarei inicialmente qual minha intenção no tocante ao Produto Final proposto. Optei por apresentar um Relatório Final de Pesquisa. Esse formato foi escolhido devido aos rumos tomados pela pesquisa desde que entrei no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC) da Universidade La Salle.

Quanto a essa razão, desde cedo senti-me compelido a produzir alguns textos, a partir do momento em que meu *corpus* documental ia se fazendo inteligível. Assim, em conversas com o professor orientador e com a professora co-orientadora, chegamos a um consenso de que o formato Relatório iria ao encontro das respostas mais imediatas que buscava, as quais aparecem simultaneamente ao meu esforço no sentido de redigir alguns textos.

Por outro lado, penso que a temática escolhida para ser estudada, devido à sua relevância social e política, clama pela produção de um conhecimento o mais imediato e próximo possível da comunidade leitora. Assim, a pesquisa arquivística e a produção de textos sobre ela, pareceu-me uma forma eficaz e prática de socialização do conhecimento.

Os estudos referentes ao preconceito, especialmente o racial, têm muito em comum com minha trajetória enquanto líder sindical, homem negro e engajado na afirmação dos direitos humanos e das ações de vivência da cidadania. Nesse sentido, milito, desde 2007, no meio sindical, atuando na Federação Estadual das Trabalhadoras e Trabalhadores no Ramo Financeiro do Rio Grande do Sul. Como não aceito que uma pesquisa possa guardar distância do entorno sócio-cultural do pesquisador, minha militância e minha condição de homem negro relacionam-se de forma inequívoca com a escolha temática dessa pesquisa.

3.1 Problema

As leituras que realizei previamente a esse Projeto, evidenciaram o quanto a sociedade brasileira ainda respirava um etos estamental em meados do século XX e como, em tal conjuntura, ainda se faziam presentes os ecos da escravidão africana. A partir dessa constatação, comecei a interessar-me pelo jornal como fonte de pesquisa; mais especificamente, comecei a indagar-me sobre o posicionamento de um jornal, integrante de uma rede de comunicação chefiada por Assis Chateaubriand, personalidade bastante conhecida à época, vinculado a uma opção política longínqua à afirmação de uma identidade negra e a uma pauta comprometida

com a organização social e política dos negros brasileiros. Sendo assim, por meio da bibliografia trabalhada, evidencia-se o conservadorismo presente nessa rede de comunicação (Diários e Emissoras Associados) e, com o ato de pesquisar, de forma exploratória, um de seus periódicos, o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, cheguei ao seguinte Problema de Pesquisa: O posicionamento do jornal *Diário de Notícias* relacionava-se com conteúdos da memória social, expressos na forma de preconceito, mediante um discurso paternalista e comprometido com uma representação alicerçada na harmonia racial e social?

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo Geral

Compreender as relações entre memória social e imprensa, através do estudo do posicionamento do jornal *Diário de Notícias*, expresso na conjuntura de promulgação da Lei Afonso Arinos.

3.2.2 Objetivos Específicos

- Relacionar o posicionamento do jornal *Diário de Notícias* com a conjuntura política estudada.
- Compilar e organizar as matérias que dizem respeito à questão racial e veiculadas pelo jornal *Diário de Notícias* na conjuntura estudada.
- Explorar a bibliografia referente à promulgação da Lei Afonso Arinos no Brasil.

3.3 Justificativa

Em um país onde, ainda em nossos dias, os postos de trabalho mais desqualificados são ocupados por negros, a população negra ainda se mostra aquém nos anos de escolaridade; e, por consequência, não desfruta de igualdade de posições no mercado de trabalho com os brancos¹, qualquer trabalho acadêmico que se propõe a estudar os nexos de inteligibilidade da questão racial no Brasil, mesmo que pontualmente, presta um serviço inestimável à compreensão das desigualdades raciais entre nós.

¹ Para maiores informações sobre os números atestadores da desigualdade racial no Brasil, ver Heringer (2002).

Por outro lado, conhecer o posicionamento de um grande jornal frente a questões relacionadas à segregação e ao preconceito racial justifica-se por trazer luz à compreensão do discurso de um veículo de comunicação poderosíssimo, integrante de uma rede jornalística de rádio e televisão, a qual atingia o Brasil de sul a norte. Se a questão racial aparecia nas páginas desse jornal, logicamente estamos frente a um sintoma da importância que as elites brasileiras ou parte delas davam ao tema; nesse caso, sua relevância é um indício da prioridade que a questão racial tinha no leque de assuntos abordados nas páginas do jornal.

Igualmente, estudar um jornal como fonte em um Programa de Pós-Graduação em Memória é trazer para a discussão uma característica básica do jornalismo, enquanto elemento capital do processo de formação de identidades, processo esse alicerçado na memória social, a partir de Nora (1993), em que a memória “[...] constitui uma dimensão primordial na construção das identidades” (MICHEL; MICHEL, 2015, p. 7), os autores salientam que o jornalismo desempenha nesse processo um papel importantíssimo, por meio de práticas discursivas as quais são objetos de reflexão nesse projeto.

Questão institucional: a UNILASALLE, como uma universidade/comunitária, além da demanda do SINDBANCÁRIOS.

3.4 Referencial Teórico

Esse trabalho parte do necessário reconhecimento do caráter eminentemente social da memória; sendo assim, está amparado em uma noção que privilegia a necessária relação entre as narrativas de memória (RICOEUR, 2007) e o que Halbwachs (2004) denomina como “quadros sociais da memória”. Dessa forma, o periódico aqui analisado pode ser visto como lócus no qual a memória é construída. Endossamos, portanto, que a memória é indissociável dos quadros sociais, os quais servem de referência para a construção memorial (DUVIGNAUD, 2004).

Esse trabalho parte da memória de um jornal, que está ligado a uma empresa jornalística, ou seja, elegemos o jornal como o ponto de referência de que se referem Duvignaud (2004) e Halbwachs (2004). Por sua vez, os jornalistas que integram o jornal não são autônomos para lembrar, interpretar o passado, narrá-lo. Segundo Halbwachs (2004), são esses quadros sociais (e o jornal é visto aqui como um desses quadros sociais) os responsáveis por funcionar referenciais, capazes de articular e servir de campo para a construção da memória (SCHIMIDT; MAHFOUD, 1993).

A partir do reconhecimento do caráter eminentemente social da memória, elegemos um espaço de criação memorial para estudo: o jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre, inserido em um grupo jornalístico, os Diários e Emissoras Associados, empresa aqui entendida como o lócus no qual o trabalho de memória é construído socialmente, ou seja, trata-se de um grupo no qual se encadeiam lembranças, articulando-as a quadros sociais comuns (SCHMIDT; MAHAFOUD, 1993, p. 201). Daí a necessidade de compreendermos, através de uma pesquisa bibliográfica, o posicionamento político-social dos Diários e Emissoras Associados, a fim de podermos articular seu esforço memorial a esses quadros sociais comuns. Dito de outra forma, endossamos a relação feita por Vidal (2007) sobre a possibilidade histórica de acesso à memória, ao se valorizar acervos como locais intencionais, igualmente históricos, que tornam possíveis o acesso ao passado:

[...] a memória de um acontecimento do qual não participamos depende da possibilidade de termos acesso a este acontecimento. E esse acesso, por sua vez, depende da existência de traços – traços escritos, orais, monumentais, arqueológicos. Sem estes, sobram apenas o silêncio e o esquecimento. Deste ponto de vista, a memória surge do confronto com o outro e os outros (VIDAL, 2007, p. 5).

Partimos de uma visão do jornal como um “lugar de memória” na acepção dada à expressão por Manduell (2015), ou seja, como espaço de articulação “[...] de uma memória coletiva, social e profissional de determinados grupos” (MANDUELL, 2015, p. 31). Assim, a formação do acervo jornalístico com o qual trabalhamos apresenta-se como um empreendimento histórico, intencional, completamente inserido nas lutas políticas, a endossar o posicionamento de Nora (1993), segundo o qual a memória não é inteiramente espontânea. Para Nora (1993), ao estudar o caso francês no século XX, a passagem da nação à sociedade como comunhão simbólica maior, representa justamente a passagem de uma memória espontânea para um projeto intencional, no qual os lugares de memória representam um papel preponderante.

No caso do presente estudo, trata-se de um jornal integrante de uma rede com circulação nacional, em um período que assiste a emergência de diferentes projetos de estado, de condução da questão social e de articulação ao mercado econômico internacional (FONSECA, 1989), e que mostra sua preocupação em “[...] conservar e transmitir valores” (MANDUEL, 2015, p. 33).

Para Nora (1993), o tempo dos lugares de memória, portanto, é o tempo dos projetos ameaçados pela emergência de diferentes atores, capazes de desafiar a “obviedade” da nação: “O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que

nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída” (NORA, 1993, p. 12). É Nora (1993) que mostra a importância com que lugares como museus, arquivos e cemitérios passam a ter no esforço rememorativo à medida que “[...] desaparece a memória tradicional” e esses “[...] sinais visíveis do que se foi” (NORA, 1993, p. 15) passassem a ser encarados como um “dossiê” que comprove, com sua materialidade, uma existência antes espontaneamente vivida na tradição.

Ainda com referência ao uso da categoria lugar de memória para o jornal, vamos nos amparar nos estudos de Nora (1993) e de Manduel (2015), essa autora nos mostra que, embora Nora não se refira ao jornal como lugar de memória, a fonte jornalística cumpre os três requisitos elencados por ele para a sua configuração: um sentido material, um sentido funcional e um sentido simbólico. No primeiro caso, os acervos, os monumentos, os museus são exemplos de uma materialidade que atesta o passado. Contudo, essa materialidade precisa ser significativa e aqui temos o sentido simbólico dos lugares de memória. Por outro lado, os lugares de memória cumprem, para Nora (1993), uma funcionalidade (por exemplo, um arquivo público ou privado o qual traz como razão da sua existência a conservação documental que possibilita a pesquisa).

Com base nisso, os jornais afirmam-se como lugares de memória, pois vê-se que se articulam: “[...] os três sentidos: material, tratando-se de um produto cultural, disponível para consulta em bibliotecas e bancos de dados; funcional, por seu caráter de prestação de serviços e informação; e, por último, no que representa no imaginário social” (MANDUELL, 2015, p. 34).

3.5 Metodologia

A presente pesquisa persegue antes a compreensão da realidade e não a sua descrição. Embora se trate de um estudo sobre memória social, ampara-se nos fundamentos historiográficos da pesquisa, até mesmo devido à nossa formação como historiador. Vamos nos ater a uma pesquisa documental, procurando compreender a construção desse acervo, a sua apreensão enquanto monumento (LE GOFF, 1990). Assim, o jornal vai ser trabalhado como espaço político, já que, conforme Vieira; Peixoto; Khoury (1991, p. 8) “[...] o campo da política ultrapassa o âmbito estritamente institucional, os limites da presença e da ação do Estado, para se colocar na multiplicidade de formas de poder contidas nas estratégias de controle e de subordinação social”.

Portanto, partimos da premissa de que o jornal é integrante desse espaço tensional entre

dominação e resistência. Assim sendo, vamos partir, inicialmente, de uma revisão bibliográfica a respeito do que foi publicado sobre o jornal escolhido como tema de estudo, bem como da empresa a que pertencia, os Diários e Emissoras Associados. De fundamental importância será a compreensão das ideias de seu fundador e idealizador, Assis Chateaubriand.

Por outro lado, vamos encaminhar essa pesquisa dando-lhe um viés assumidamente qualitativo, como forma de articulá-lo ao nosso viés compreensivo, vamos perseguir o proposto por Godoi (1995), ao identificar a pesquisa qualitativa como aquela em que

[...] o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOI,1995, p. 21).

Em relação à coleta de dados, vamos utilizar fichas nas quais serão organizados os dados da pesquisa, tais fichas têm como objetivo tornar o material pesquisado facilmente encontrável quando se passar para a escrita do trabalho, bem como identificá-lo de maneira mais ágil. Como exemplo, transcrevemos abaixo uma dessas fichas.

Periódico	Título da Matéria	Local de Pesquisa	Data	Página(s)	Sinopse
Diário de Notícias (RS)	A música e os negros (René Ribeiro)	Museu Hipólito José da Costa, Porto Alegre	13/01/1954	8	Trata-se de matéria de René Ribeiro, em que o autor salienta a contribuição negra na cultura e, particularmente, na música brasileira. O autor endossa o mito das três raças formadoras da nacionalidade, ou seja, endossa a ideia de democracia racial.

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

3.6 Recursos

Toda pesquisa e a confecção do Relatório Final serão custeadas com recursos próprios do mestrando.

3.7 Cronograma

Atividades	2018	2019		2020	
	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Leitura referente ao referencial teórico:	Agosto a Dezembro				
Revisão bibliográfica de conteúdo:	Agosto a Dezembro				
Discussões periódicas com orientador e co-orientadora:	Agosto a Dezembro	Março a Dezembro			
Coleta de dados:	Agosto a Dezembro	Março a Dezembro			
Redação de textos para publicação:	Agosto a Dezembro	Março a Dezembro		Março a Julho	
Apresentação dos resultados parciais e reuniões científicas:	Agosto a Dezembro	Março a Dezembro			
Projeto do Relatório:				Março a Maio	
Confecção do produto final do Relatório:					Agosto a Dezembro
Entrega do Relatório:					Dezembro
Entrega da redação final e defesa:					Dezembro

3.8 Referências

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **Vargas, o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GODOI, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa**. Tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, 1995. (p. 20-29).

HALLBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo; Centauro, 2004.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. In: **Cadernos Saúde Pública**, n. 18 (Suplemento), 2002. (p. 57-65).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MANDUELL, Ítala. O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. In: **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 4, n. 1, 2015. (p. 31-39).

MICHEL, Jerusa de Oliveira; MICHEL, Margareth de Oliveira. O jornalismo como memória – um estudo a partir do gênero reportagem “A floresta das parteiras”. In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: INTERCOM, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, n. 10. São Paulo, dez. 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs**: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1-2, 1993. (p. 285-298).

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva – alguns elementos de reflexão. In: **Patrimônio e Memória**, v. 3, n. 1, 2007. (p. 03-13).

4 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Ingressei no Curso de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais no mês de agosto de 2018. Meu Projeto alocou-se na Linha Cultura, Memória e Identidade, contando com a orientação do prof. Dr. Artur Cesar Isaia e a co-orientação da profa. Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan.

Desde o início do curso tentei realizar a pesquisa documental no acervo do Museu Hipólito José da Costa. Contudo, uma série de contratemplos, alheios à minha vontade, fizeram mudar os rumos do Projeto. Dessa forma, inicialmente tinha elegido como *corpus* documental os jornais, tanto da Companhia Jornalística Caldas Junior, quanto dos Diários e Emissoras Associados. Portanto, inicialmente, movia-me a expectativa de fazer um estudo comparativo entre os periódicos dessas duas empresas jornalísticas. Não sendo possível em razão do protocolo de consultas do Museu Hipólito José da Costa, o que restringia completamente o meu horário possível de consulta, tive que adequar o Projeto à realidade possível. Sendo assim, recebi com alegria a notícia, dada pelo professor orientador, da existência de um acervo de jornais dos Diários e Emissoras Associados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, acessível através do site: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Foi através da pesquisa nesse site que consegui levar adiante meu trabalho e operacionalizar o Projeto de Pesquisa. Esse Projeto foi desenvolvido ao longo do curso, tendo sido aprimorado após as discussões durante meu Exame de Qualificação, realizado em 2019. Naquela ocasião, contei com a presença dos professores doutores Cleusa Maria Gomes Graebin e Wagner dos Santos Chagas a quem sou profundamente grato pela atenção e pelas observações preciosas. Já durante a minha Qualificação tinha redefinido o objeto de estudo e o *corpus* documental, centrando meu interesse nos jornais dos Diários e Emissoras Associados, dando ênfase ao *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, por ser considerado o jornal mais importante da companhia e o jornal com maior tiragem do país já no primeiro ano de sua fundação (DIÁRIO DA NOITE, 2020). Secundariamente, pesquisei tanto no *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, quanto no *Diário da Noite*, de São Paulo.

Durante minha pesquisa, acabei confrontando as posições do *Diário de Noite*, do Rio de Janeiro com outros periódicos, como o *Correio do Povo*, de Porto Alegre e o *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. Essas pesquisas fizeram-se presentes devido a um “desvio” que acabei assumindo nesse Projeto. Trata-se do protagonismo que passaram a ter nas minhas preocupações intelectuais e de cidadão e homem negro, dois personagens: um foi a bailarina

Katherine Dunhan e outro o menino Fernando. A primeira, ligada de maneira episódica, factual, à promulgação da Lei Afonso Arinos, e o segundo, como o primeiro brasileiro a beneficiar-se dessa lei. Assumi as pesquisas desses dois personagens, mesmo afastando-me da problemática inicial de pesquisa, como uma inquietação impossível de não ser atendida pelas razões expostas anteriormente.

Para uma compreensão mais direta da pesquisa realizada, elaborei alguns quadros, nos quais apresento o seu encaminhamento. Nesses quadros, exponho as matérias, sua localização, data e uma rápida sinopse das referidas reportagens. Além desses quadros, elaborei, obviamente, fichas de leituras das matérias mais importantes, nas quais as anotações aparecem de forma mais alentada, bem como pesquisei dados numéricos sobre trabalhos finais de Pós-Graduação (teses e dissertações), com as temáticas Afonso Arinos, racismo, imprensa, em um período compreendido entre as décadas de 1980 e 2010.

Quadro 1 – Incidência de Teses e Dissertações sobre Afonso Arinos CAPES

Anos	Números de Teses e Dissertações
1987-1997	1084
1998-2008	4011
2009-2019	7884

Fonte: Adaptado pelo autor (2020). CATÁLOGO de Teses & Dissertações. In: CAPES. Brasília, 2016. Disponível em: <28R28PS://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

Os números do quadro acima evidenciam o aumento do interesse na figura de Afonso Arinos como assunto de pesquisas de investigação de mestrado e de doutorado a partir da década de 1980. Esse aumento deu-se em um período posterior à promulgação da Constituição de 1988, em que o Brasil redefinia seu pacto político e reorganizava a sociedade civil e seus mecanismos representativos.

Quadro 2 – Incidência de Teses e Dissertações sobre Racismo CAPES

Anos	Número de Teses e Dissertações
1989-1999	76
2000-2010	629
2011-2019	2030

Fonte: Adaptado pelo autor (2020). CATÁLOGO de Teses & Dissertações. In: CAPES. Brasília, 2016. Disponível em: <28R28PS://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

O aumento da incidência de teses e dissertações que investigaram o racismo no Brasil é, realmente, muito significativo, aumentando quase 10 vezes, do final da década de 1980 até 2010, e continuando a subir, de forma mais modesta, durante a década de 2010. Como nos

números levantados no Quadro 1, o recorte temporal coincide com uma reorganização da sociedade civil e do estado no Brasil, com a busca dos negros por afirmar sua memória e identidade.

Quadro 3 – Incidência de Teses e Dissertações sobre Imprensa CAPES

Anos	Número de Teses e Dissertações
1987-1997	404
1998-2008	2279
2009-2019	4454

Fonte: Adaptado pelo autor (2020). CATÁLOGO de Teses & Dissertações. In: CAPES. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

No Brasil pós-redemocratização, a imprensa desempenhou um papel importante, aparecendo como uma das “vozes privilegiadas da redemocratização” (LOHN, 2013). Sendo assim, a incidência dessa temática como objeto de pesquisa, não é de se estranhar. O aumento significativo, de mais de cinco vezes, dos anos 1980 à década de 1990 e 2000 indicam essa importância.

Quadro 4 – Descritores Afonso Arinos no jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro (1950-1959)

Autor	Matéria	Data	Página	Sinopse
	Um nome que inspire confiança	16 jan. 1950	6	Matéria de viés opinativo, ao defender a aliança UDN/PSD.
	Senhor Vargas envolve o nome de Virgílio de Mello Franco	18 jan. 1950	1	Página de capa sobre a opinião de Afonso Arinos a respeito das acusações do sobrinho de Getúlio Vargas com relação à atuação de Mello Franco na deposição de Getúlio em 1945, mancomunado com o embaixador dos EUA.
	Vargas em apuros	19 jan. 1950	1	Protagonismo de Afonso Arinos na oposição a Getúlio Vargas e ao PTB.
	Em defesa da memória de Virgílio de Mello Franco	19 jan. 1950	6	Afonso Arinos como porta voz da memória de Virgílio de Mello Franco contra Vargas Neto, sobrinho de Getúlio Vargas.
AGUIAR, Wilson	A História Vargas Neto	19 jan. 1950	1	Matéria de cunho opinativo, em oposição a Vargas Neto no episódio Spruille Braden.

	A UDN examinará amanhã o projeto do voto legenda	17 jan.1950	3	Evidencia a aliança entre Arinos, Carlos Lacerda e uma ala do PSD.
	Crime os preconceitos raciais	18 jul.1950	2	Reprodução do projeto de Afonso Arinos visando à criminalização do racismo no Brasil.
	Preconceito racial no Brasil	21 jul.1950	4	Matéria da sucursal de São Paulo, de caráter opinativo. Dá evidência ao projeto da Lei Afonso Arinos-Gilberto Freire (udenista) e defende que o preconceito racial é mais arraigado no sul do Brasil.
	Proibições das Frentes Negras	28 jun. 1950	3	Emenda de Hermes Lima proibindo as Frentes Negras no Brasil.
	Não há lugar nas repartições para funcionários que professem o credo de Moscou	31 ago. 1950	7	Lembra a aprovação de projeto de lei de Afonso Arinos que proíbe a contratação de funcionários públicos “extremistas”.
	A intensa atividade do Brigadeiro Eduardo Gomes	15 set. 1950	4	Notícia o engajamento de Afonso Arinos na campanha presidencial de Eduardo Gomes.
	Manifesto da UDN	27 out. 1950	3	Protagonismo de Afonso Arinos nas hostes udenistas e no programa de Eduardo Gomes
	Preconceito de cor será contravenção penal	21 nov. 1950	10	Aprovação na Comissão de Justiça do Projeto da Lei Afonso Arinos

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do Jornal *Diário da Noite*, Rio de Janeiro (1950-1959).

O alinhamento ideológico entre Afonso Arinos e Assis Chateaubriand é evidente na pesquisa bibliográfica e documental realizada. A afinidade partidário-ideológica transparece no elevado número de matérias circulantes no jornal durante a conjuntura da tramitação da Lei Afonso Arinos. Por outro lado, o jornal amplifica o papel de Afonso Arinos como figura capaz de dar fim, por meio de uma iniciativa legislativa, aos crimes de racismo no Brasil.

Quadro 5 – Descritor racismo no jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro (1950-1954)

Autor	Matéria	Data	Página	Sinopse
ATHAYDE, Austregésilo de	Preconceito de Raça	24 nov. 1950	10	Matéria de cunho opinativo. Defende que só através da educação o preconceito racial será extinto. Cita o caso da legislação americana, insuficiente para coibir o racismo. Defende que a separação de raças, não a oposição entre raças, não é real no Brasil.
	O Presidente Dutra é favorável à igualdade absoluta de negros	30 jan. 1950	6	Muito sintomática essa matéria. Já pelo título, verifica-se que a igualdade “absoluta de negros” não é consensual.... A fotografia que a ilustra também é sintomática.
	Sancionada a Lei contra o racismo	4 jul. 1951	1	Celebra a aprovação da Lei Afonso Arinos e defende que não haverá mais racismo em “colégios, hotéis, cinemas e nas Forças Armadas”.
RUIZ, Roberto	Escreve Roberto Ruiz	29 nov. 1951	6	O desmentido de um proprietário de boate do Rio de Janeiro mostra a atualidade do assunto racismo na conjuntura da promulgação da Lei Afonso Arinos.
SARDINHA, M.	Perguntas Indiscretas	3 jan. 1952	8	O radialista Cesar Ladeira condena o racismo em entrevista. A evidência do assunto é clara na pergunta veiculada.
LENGYEL, Janos	Não há racismo no Box Americano	5 jan. 1952	9	A evidência do assunto na conjuntura da Lei Afonso Arinos. A questão pode ser problematizada em um outro tipo de abordagem.
	A televisão e o racismo	4 jan. 1952	9	Evidência do assunto: mostra o governador da Georgia contrário à veiculação de programas que violem a separação entre as raças.

	Comprovada a existência de arsênico nos alimentos	1 abr. 1952	12	Evidência do assunto: noticia um crime que provavelmente teria conotação racista. Uma mulher alemã teria envenenado os filhos, casados com uma brasileira.
	Dois líderes opinam contra	25 mai. 1952	3	Enquete do jornal sobre trocar o feriado de 1 de maio pelo de 13 de maio na cidade do Rio de Janeiro.
	Racismo	4 ago. 1952	6 Primeira Seção	Evidência do assunto: notícia do assassinato de um médico branco, membro do Partido Democrata da Flórida, por uma agricultora negra.
	Racismo	24 set. 1952	20	Evidência do assunto: noticia a discriminação racial no Conjunto Residencial do IAPC em Del Castilho. Uma candidata “de cor” estaria sendo discriminada em concurso de beleza promovido pelo Conjunto.
	Os etnólogos do SPI esquecem as vantagens da miscigenação	29 out. 1952	6 Primeira Seção.	Artigo opinativo contra o projeto dos etnólogos do SPI que proíbem casamento de brancos com índios (“silvícolas com civilizados”). O jornal faz campanha pelo casamento do sertanista Ayres Saldanha com a índia Diacuí.
	Vencedora a tese defendida pelo Diário da Noite no debate de ontem na TV Tupi	20 out. 1952	3	Idem
	Combate ao racismo para combater o comunismo	23 jan. 1953	7	Evidência do assunto: defende a erradicação do racismo antes que passe a ser instrumentalizado pelo comunismo internacional na forma de revoltas.
ATAHYDE, Austregésilo de.	Conversa com Dona Josephine	20 jan. 1953	2	Critica a campanha da cantora norte-americana Josephine Baker contra o

				racismo. Salienta que, no Brasil, o discurso da artista é inócuo e que ela deveria discursar na URSS, contra o racismo de Stalin.
	Mensagem de Eisenhower	04 fev.1953	7 Primeira Seção	Explícito alinhamento pró-EUA. Notícia a intenção do presidente de ajudar na erradicação do racismo no mundo.
BAN, Eva.	169. 305 pessoas nas favelas cariocas	13 mar. 1953	10	Publica a foto de um menino loiro ao lado de outro negro, defendendo que não existe racismo nas favelas, apenas pobreza.
ATHAYDE, Austregésilo.	Dentro da tradição liberal do Brasil	10 ago. 1953	2	Artigo em página editorial, defende que a tradição liberal do Brasil não compactua com o racismo.
	A 400 milhas do Rio	14 set. 1953	10 Segunda Seção	Matéria mostra que a Marinha brasileira defende a igualdade e é contrária ao racismo.
	Brigam os Candidatos	25 mai 1954	6 Segunda Seção	Notícia a briga de dois candidatos a vereador no Rio de Janeiro: Grande Otelo (PTB) e Abdias do Nascimento (PSP). Segundo o jornal, Grande Otelo diz que o negro no Brasil enfrenta apenas a questão econômica.
ANDRADA, Jorge de	Ângela Maria 8 vezes	19 jun. 1954	4 Primeira Seção	A reportagem é muito sintomática. A cantora Ângela Maria aparece em uma foto na cozinha, junto com a cozinheira negra, em uma prova de “antirracismo e democracia”.
	Revolução sem tiros	14. set. 1954	1	Notícia o fim do racismo nos EUA, com uma foto de crianças negras e brancas em uma escola da Virginia. Reportagem de primeira página.
	Continua o racismo nos Estados Unidos	04 out. 1954	13	Notícia as reações contrárias ao ato da Suprema Corte pró-convívio entre crianças negras e brancas nos

				colégios. A reportagem, ao contrário da anterior, não está na página inicial.
PEREIRA DA SILVA	Cristo Negro	23 jun.1955	6 Segunda Seção	Contrário ao concurso patrocinado pela Revista Forma para uma pintura de Cristo negro. Segundo a matéria, isso é “racismo às avessas”, já que Cristo é filho de Deus, o qual não tem cor.

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do Jornal *Diário da Noite*, Rio de Janeiro (1950-1959).

Fiel à linha editorial do jornal, as reportagens nem de longe tocam no protagonismo dos negros e negras do Brasil como produtores diretos no período colonial ou na sua organização em épocas recentes. Ao contrário, o tom das reportagens é de que o equacionamento do racismo no Brasil é resolvido pelas elites políticas, as quais “doam” uma lei capaz de coibi-lo.

Quadro 6 - O incidente Katherine Dunham no jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro

Autor	Matéria	Data	Página	Sinopse
	Preconceito de Cor no Brasil	13 jul. 1950	4	Notícia o incidente da recusa no Hotel Esplanada de São Paulo em hospedar Katherine Dunham.
	Crimes e Preconceitos Raciais	18 jul. 1950	2	Notícia o veemente protesto de Gilberto Freire em relação ao incidente de racismo contra Katherine Dunham, citando o projeto de Afonso Arinos

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Jornal *Diário da Noite*, Rio de Janeiro (1950-1959).

O teor das matérias segue uma linha editorial de condenação à gerência e aos proprietários do Hotel Esplanada em São Paulo. Não apenas a questão do racismo é comentada, como também as matérias salientam a vergonha de impedir a entrada em um hotel brasileiro de uma artista consagrada mundialmente.

Quadro 7 - Descritores Sincretismo no jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro (1950-1954)

Autor	Título	Data	Página	Sinopse
	Sincretismo entre Iorubás e Geges	14 set.1951	13	Refere-se à “pobreza” do ritual no RS, frente ao “esplendor e teatralização” dos candomblés baianos.
	Protetores das crianças	27 set. 1955	6 Segunda Seção	A matéria é sobre o Orixá Ibeji, assumindo o sincretismo com Cosme e Damião, presentes nos “centros espíritas do Brasil”.
	Macumba Dupla em São Paulo	3 dez.1956	11	Narra em tom jocoso o conflito entre pais de santo adeptos do São Paulo e do Corinthians em São Paulo.
	Macumba na barca da meia noite	2 jan. 1950	1	Faz um relato do que chama de “seita” de Umbanda e seus adeptos na barca Rio-Niterói na virada do ano.
	Os Grandes babalaôs vão festejar os deuses da seita afro-brasileira	28 jun. 1950	2	O tratamento da matéria explora o exótico dos rituais liderados por Didi de Freitas, de Vilar do Teles.
	Frevo, Maracatu e Candomblé para Katherine Dunham	6 jul. 1950	8	Narra a recepção do Babalaô Didi de Freitas a Katherine Dunham.
	Batizado o menino Filho de Santo na Macumba em Itatiaia	16 ago. 1950	8	Reportagem sensacionalista sobre o batizado de um menino em uma “Macumba”.
	Macumba para vingar o filho assassinado	3 dez. 1951	7	Apresenta o que diz ser um trabalho de vingança de um pai contra o assassinato de seu filho na Bahia. A matéria e a foto insistem em estereótipos que associam as crenças afro-brasileiras à incultura.
	Sensação nos meios da Macumba	1 ago. 1952	4	Matéria que apresenta as disputas entre dois babalaôs: Joãozinho da Goméia e Benedito Santos pela “posse” de uma filha de santo.

	Em ebulição os terreiros	4 ago. 1952	10	A matéria explora a rivalidade entre os dois babalaôs citados na matéria anterior: Benedito Perna Seca (ou Espírito Mau) e Joãozinho da Goméia, desafiado para uma prova de fogo.
--	--------------------------	-------------	----	---

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do Jornal *Diário da Noite*, Rio de Janeiro (1950-1959).

As matérias nas quais a palavra sincretismo aparece, em sua maioria, não tratam da questão do sincretismo, mas das manifestações religiosas de matriz africana. Percebe-se um viés irônico, muitas vezes, bem como a associação dessas manifestações com as camadas ínfimas da sociedade e com incultura.

Quadro 8 – Notícias sobre o caso da Escola Brasil-Canadá no jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro

Autor	Matéria	Publicação/Data	Página	Sinopse
	Transformou a precocidade do aluno em periculosidade de demônio	<i>Diário da Noite</i> , 27 dez. 1956	6	O tom da matéria é condenatório em relação à professora e à direção da escola. Ambos são vistos como racistas e inaptos.
QUEIROZ, Rachel de.	A Lei Afonso Arinos	<i>O Cruzeiro</i> , edição 26, 14 abr. 1956	114	A crônica ataca o preconceito da escola e da professora. Enaltece a Lei Afonso Arinos e mostra que há mecanismos de enquadramento legal contra os crimes de racismo no Brasil. Destaque para a ilustração (um corpo negro, esquálido, iluminador raios...

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do jornal *Diário da Noite* e da revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro (1956-1957)

As notícias referentes ao menino Fernando, expulso da Escola Brasil Canadá, seguem uma linha editorial de elogio à lei Afonso Arinos como medida legal capaz de coibir a manutenção dos atos racistas no Brasil. Nesse sentido, a ilustração da crônica de Rachel de Queiroz é sumamente indiciária. Aparece um menino negro, magérrimo, iluminado por raios (seria a luz da legislação brasileira, capaz de coibir, a partir da Lei Afonso Arinos, os atos racistas contra os negros?).

5 TEXTOS PRODUZIDOS

Ao longo de minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais produzi alguns textos. Esses textos resultaram de minhas pesquisas, de minha familiaridade com o material empírico trabalhado, além de representarem momentos especiais de sistematização dos conhecimentos adquiridos durante o curso.

Esses textos foram: Assis Chateaubriand: o dono de um império jornalístico; Afonso Arinos: a “dádiva” de um conservador e Fernando Dias: o drama de um menino negro “beneficiado” pela Lei Afonso Arinos.

5.1 Assis Chateaubriand: o dono de um império jornalístico

O comandante da poderosa rede de comunicações, que reinaria absoluta sobre o ramo midiático durante a maior parte do século XX, nem sempre foi tão poderoso. O jovem extremamente tímido, de poucos amigos, fisicamente frágil e totalmente inapto para qualquer esforço físico, passava a vida a estudar e a trabalhar. Seu primeiro emprego, logo após ingressar na Faculdade de Direito, foi como aprendiz no jornal *O Pernambuco*, emprego esse que lhe foi arranjado por Pedro Avelino, um jornalista amigo de seu pai. De acordo com Moraes (1994), o salário não seria lá essas coisas, mas em caso de revelar talento para a profissão ele logo seria promovido (MORAIS, 1994).

Terminado o primeiro período letivo o rapaz ainda sentia-se fortemente atraído pelo jornalismo e, sem abandonar o trabalho no *Pernambuco*, conseguiria publicar colaborações regulares no jornal *A Cidade*, de Nazaré da Mata. Foi nessa época que Chateaubriand se apaixonou à primeira vista por Amélia Jansen de Almeida e Castro, na casa de Lily Bandeira de Melo, prima de seu pai e que, por sua vez, era ferrenha adepta do espiritismo. Ao saber que Chateaubriand andava “com indagações filosóficas sobre a existência de Deus”, Lily resolveu convidá-lo para uma sessão espírita em sua casa. Ele que já havia lido tudo que havia na cidade do Recife sobre Alan Kardek, Katie King e Gabriel Dellanne, desdenharia de maneira esnobe ao que chamaria de mundo povoado de fantasmas, em suas palavras: “À exceção da metafísica germânica, as forças anímicas secretas me deixam frio, indiferente” (MORAIS, 1994, p. 57).

A prima Lily, que dizia ter identificado em Chateaubriand vocações mediúnicas, insistiu para que frequentasse mais sessões, a fim de não desperdiçar as referidas virtudes. Ele relutou, mas acabou cedendo e frequentou o centro por algumas semanas. Para frustração de Lily, a

única alma que o interessava naquele lugar não era a dos mortos, mas a de Amélia (MORAIS, 1994).

Aos dezessete anos resolve, por conta própria, alistar-se no Exército como soldado no 34º Batalhão de Infantaria do quartel de Peixinhos, em Recife. Novamente, a saúde se tornaria um inimigo cruel e ele seria rejeitado em dois quesitos referentes à admissão: “saúde insuficiente” e “estatura física inferior aos padrões exigidos pelas Forças Armadas”. Sentindo-se profundamente humilhado, decidiu que serviria ao Exército de qualquer maneira. Diferentemente dos jovens da sua idade, que se valiam da ajuda de amigos influentes para fugir do recrutamento, ele foi procurar Pedro Paranhos para anular o laudo que o excluía do serviço militar. Algumas semanas depois, apresentava-se fardado ao comandante do Batalhão de Infantaria (MORAIS, 1994).

O serviço militar não mudou sua aparência frágil, mas ajudou em muito a romper com sua timidez e com a vergonha de praticar esportes. Entretanto, no primeiro exercício de marcha, antes de chegar à metade do percurso, foi acometido de vertigens, visão turva e dificuldades respiratórias. O comandante da tropa o mandou que saísse de forma e retornasse de trem ao quartel. Chateaubriand recebeu a sugestão como um insulto e, respeitosamente, a rejeitou e completou o percurso a pé. Ao perceber sua fragilidade, o coronel comandante do quartel, o chamou para uma conversa e lhe ofereceu funções administrativas, que seriam mais compatíveis com sua saúde; sentindo-se humilhado, rejeitou peremptoriamente. Disse que não era doente, não queria ser tratado como tal e não poderia abrir mão de praticar todos os exercícios impostos à tropa. Decidindo por uma solução intermediária, o coronel lhe passou a função de dirigir o jornalzinho do quartel, chamado de *O Fundão*. Para que não perdesse o contato com os demais soldados, continuaria participando de exercícios mais leves e lhe foi facultado o direito de escolher um esporte para que praticasse regularmente. Chateaubriand escolheu a esgrima e, um ano depois, era um exímio praticante daquele esporte (MORAIS, 1994).

Em 1910, durante a chamada Campanha Civilista na disputa pela Presidência da República entre Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca, Chateaubriand já havia deixado *O Pernambuco* para trabalhar no *Jornal do Recife*. Embora não houvesse muitas diferenças entre as propostas apresentadas pelas duas campanhas, Rui Barbosa ainda colhia os frutos de sua participação na conferência internacional da Holanda, da qual retornara com o prestígio elevado e o título de “Águia de Haia”, por seu excelente desempenho na referida conferência. O lema da campanha de Rui Barbosa era de que o Brasil vivia uma guerra entre a pena e a

espada, sendo ele a pena e seu adversário, a espada. A disputa dividiu o país e, no Rio de Janeiro, eleitores partidários de Hermes da Fonseca se utilizavam dos jornais *A Imprensa* e *Jornal do Comércio* para combater Oliveira Lima, escritor e diplomata pernambucano partidário de Rui Barbosa. Oliveira era acusado de utilizar o cargo oficial, nas conferências internacionais para levar o Brasil para posições antiamericanas (MORAIS, 1994).

Chateaubriand decidiu se apresentar como voluntário naquela guerra, sem ao menos ter sido convocado por ninguém. Seus argumentos eram de que, além de concordar com as posições de Oliveira Lima, sua intromissão se justificaria no fato de que sendo o ofendido um pernambucano deveria ser defendido por um nordestino. Chateaubriand nem estava tão interessado em defender Oliveira Lima, sua verdadeira intenção era confrontar o movimento pró Hermes da Fonseca, o chamado “hermismo” (MORAIS, 1994, p. 61).

O público recebeu com extrema indiferença seu primeiro artigo, intitulado “Em defesa do sr. Oliveira Lima” publicado no *Jornal do Recife*. Os leitores nem ao menos sabiam quem era autor que assinava como “A. Bandeira de Melo”. Três dias depois, publicaria novo artigo com o mesmo título e com a mesma assinatura. Só então começou-se a perceber que o tal “A. Bandeira de Melo” decidira meter Pernambuco na briga nacional com dureza nunca antes vista. O dono do jornal, o “coronel” Faria, decidiu que um terceiro artigo na mesma linha não aconteceria e que seu autor não continuaria trabalhando no jornal. Chamou Chateaubriand à sua sala e após um acirrado bate-boca encerrou a discussão com a seguinte frase: “- Gostaria que o senhor se considerasse posto para fora deste jornal a pontapés”.

Inconformado, Chateaubriand tentou arrumar outro jornal para continuar a série de publicações, mas não encontrou ninguém disposto a colocar a mão naquele vespeiro. Para sua infelicidade, toda a imprensa pernambucana estava comprometida com o “hermismo”. Com sua peculiar obstinação, Chateaubriand não se deu por vencido, reuniu suas economias ao dinheiro que pediu emprestado a amigos. Com o capital arrecadado, mandou imprimir do próprio bolso os dois artigos causadores de sua demissão juntamente com os sete artigos seguintes censurados por seu antigo empregador (MORAIS, 1994).

Ao final desta batalha, até os mais ferrenhos partidários de Hermes da Fonseca se viram obrigados a reconhecer a coragem e o atrevimento do garoto. Os frutos começaram a ser colhidos semanas depois da circulação do panfleto em Recife, quando o antigo redator-chefe de *A Cidade*, de Nazaré da Mata, Ulisses Costa, conseguiu para Chateaubriand o emprego de redator do *Diário de Pernambuco* abrindo, dessa forma para ele, as mais difíceis portas da imprensa de Pernambuco (MORAIS, 1994).

De acordo com o autor de *Chatô, o rei do Brasil*, Fernando Morais, a primeira grande mudança na vida de Chateaubriand só começaria a acontecer em 1915, quando recebeu o convite para acumular os dois cargos mais importantes do jornal *Estado*, ele foi nomeado redator-chefe e secretário de redação. Durante sua breve passagem pelo jornal, por conta de seu talento e firmeza para discutir com seus patrões, conseguiu transformar o *Estado* em máquina de propaganda da luta armada travada entre o Padre Cícero e o coronelismo que governava o Ceará. A oposição ferrenha de Chateaubriand nas páginas do periódico ao popularíssimo governo de Dantas Barreto lhe rendeu um “processo de responsabilidade por crime de imprensa”, movido pelo general. Processo pelo qual seria absolvido no Superior Tribunal de Justiça (MORAIS, 1994).

Se aos 31 anos Chateaubriand já tinha conseguido arrumar inimigos tão poderosos quanto o presidente Artur Bernardes, por outro lado conseguira, também, acumular grande prestígio entre os opositores do presidente. Era inegável sua influência entre empresários e políticos das classes chamadas, na época, de “conservadoras”. Apesar de, na época, encontrar-se muito distante de ser o milionário que se tornaria anos mais tarde, já tinha dinheiro suficiente para se instalar em um luxuoso apartamento no Copacabana Palace (MORAIS, 1994).

Em 1924, a vida amorosa de Chateaubriand não podia ser considerada um sucesso total, pois embora exercesse sobre as mulheres um magnetismo proporcional ao sucesso que fazia como jornalista e advogado, não teria tido o mesmo sucesso em suas tentativas de relacionar-se com as “moças de família”. Depois do fracasso com a moça do centro espírita, resolve apontar sua artilharia para uma outra parcela do público feminino, as chamadas “mulheres de reputação menos ortodoxa” ou como ele próprio as definia as “falenas”. Essas mulheres exerciam atividades que não seriam aconselháveis para a maioria das moças de família daquele início de século. Eram coristas, bailarinas de *dancings* e atrizes (MORAIS, 1994).

Essas preferências extravagantes de Chateaubriand iriam lhe render situações escandalosas, em um futuro não muito distante, junto à sociedade conservadora do século XX. Anos mais tarde, em 1952, quando era embaixador do Brasil em Londres, protagonizou um dos episódios mais pitorescos que sacudiu as altas sociedades brasileira e europeia. O evento foi um baile no castelo de Corbeville, em Paris, oferecido por Chateaubriand a um seleto grupo de celebridades brasileiras e mundiais. Entre os convidados estavam o cineasta norte-americano Orson Wells, a atriz Ginger Rogers, a modelo Danusa Leão, a primeira-dama brasileira Darcy Vargas e sua filha Alzira. A intenção de Chateaubriand era mostrar à velha Europa sua visão de “Brasil verdadeiro”, um Brasil mestiço onde as três raças fundadoras viviam em harmonia,

contribuindo para a construção da Nação. Para atingir esse objetivo, organizou um espetáculo digno de um desfile carnavalesco, cuja apoteose foi a entrada triunfal de uma liteira carregada por quatro homens negros seminus. Saía de dentro do castelo, revelando em seu interior, a esfuziante socialite Aimée de Heeren (MORAIS, 1994). A paranaense nascida Aimée Sotto Maior Sá, considerada por Moraes em *Chatô* como a mulher que inspiraria em Chateaubriand a paixão mais duradoura e que ele levaria até ao final da vida (MORAIS, 1994). Vinte e quatro horas depois, o baile se tornaria uma enorme dor de cabeça para o presidente Getúlio Vargas e seria um prato cheio para a oposição, mais precisamente Carlos Lacerda e sua *Tribuna da Imprensa*, que classificaram o evento como “a bacanal de Corbeville” (MORAIS, 1994, p. 529).

Voltando a 1924, foi naquele ano que eclodiu uma revolução em São Paulo. Liderados pelo general reformado Isidoro Dias Lopes, um grupo de militares rebeldes assumiu o controle de toda a capital paulista. O levante que, diferentemente do ocorrido no forte de Copacabana que foi debelado em horas, durou três semanas e só foi dissolvido por intensos ataques de fuzilaria e pesados bombardeios aéreos. Os revoltosos foram, então, obrigados a marchar para o sul do país onde se uniriam a um outro grupo de militares rebeldes levantados pelo capitão Luis Carlos Prestes, no Rio Grande do Sul. Da união desses dois grupos surgiria um movimento histórico na política brasileira, a Coluna Prestes. Chateaubriand observou no levante paulista uma ótima oportunidade de fustigar seu inimigo Bernardes e imediatamente apoiou os revoltosos paulistas. Mais tarde, emprestaria seu apoio, não só político, mas também financeiro à Coluna Prestes (MORAIS, 1994).

Enquanto a cidade ainda sofria ataques aéreos do governo federal, Chateaubriand descobriu através do jornalista Saboia de Medeiros que o dono do *O Jornal* pretendia vender o veículo de comunicação. O periódico não chegava aos pés do grande *Jornal do Commercio*, o qual Artur Bernardes o havia impedido de comprar. Imediatamente, Chateaubriand inicia uma campanha de arrecadação de fundos para a aquisição do noticioso. Ele resolve lançar mão do precioso capital que acumulara cuidadosamente durante uma década em São Paulo e no Rio de Janeiro: as amizades. Dizia: se as tais classes conservadoras queriam um jornal equilibrado, que defendesse “os grandes interesses nacionais” então que pagassem por ele. Chateaubriand viajou a São Paulo onde instalou seu quartel-general no melhor hotel da cidade, o *Esplanada*. A primeira incursão na capital paulista foi praticamente um fracasso e ele não conseguiu arrecadar mais do que dez contos de réis. Mais tarde, porém, sua sorte iria mudar e iria conseguir quantias mais substanciais de membros remanescentes da nobreza paulista, como o conde Silvio Alvares Penteadó, que contribuiu com cinquenta contos. Também receberia outros 110 contos de outro

aristocrata paulista, o conde Asdrúbal do Nascimento, presidente da Cervejaria Antártica. Demonstrando exímio jogo de cintura, conseguiu tomar dinheiro emprestado, tanto de opositores do governo federal, quanto daqueles que apoiavam Artur Bernardes (MORAIS, 1994).

Exatamente às oito horas da manhã de 30 de outubro de 1924, Assis Chateaubriand, aos 32 anos, realizava o sonho de ser dono de um jornal. Seus sonhos iriam, ainda, muito mais alto, aquele seria apenas o primeiro de uma cadeia de diários que iria se espalhar pelos quatro cantos do país (MORAIS, 1994).

À frente de *O Jornal*, Chateaubriand realizaria uma verdadeira revolução nos meios de comunicação impressa da época. A ideia dele era convencer os empresários das mais poderosas indústrias das vantagens que teriam se anunciassem o que produziam na imprensa. Ele estava ciente de quão árdua seria esta batalha, não somente para convencer os anunciantes, mas também os grandes jornais brasileiros que segundo ele “ainda viviam na idade da pedra em termos de publicidade e propaganda”. Mas a velocidade de raciocínio de Chateaubriand era estonteante e ele rapidamente atrai para o seu círculo o norte-americano Fitz Gibbon, a época chefe do Departamento de propaganda de um matutino novaiorquino da cadeia do gigante da imprensa norte-americana, William Randolph Hearst. Com a ajuda de Gibbon, Chateaubriand teria dito que iria implantar no Brasil os métodos norte-americanos de vender mercadorias por intermédio da imprensa diária (Morais, 1994). Com efeito, como resultado da catequese de Fitz Gibbon, em menos de um ano, o faturamento de publicidade tinha dobrado. Uma boa parte das páginas do jornal estava coberta por anúncios da Antártica, da General Motors e muitas outras empresas de vários ramos (MORAIS, 1994).

No campo da política, mesmo fazendo declarada oposição a Artur Bernardes, Chateaubriand fazia questão de manter relações cordiais com políticos apoiadores do presidente, entre estes o deputado Lindolfo Collor, que também era redator chefe de *O País*. Foi Collor quem o procurou para lhe dizer que havia outro deputado que queria conhecer o jornalista do Norte que provocava tanta polêmica no Rio. Seu nome era Getúlio Dorneles Vargas, e Chateaubriand ficou impressionado com a cultura e a vivacidade do político gaúcho. Por sua vez, Getúlio se interessou sobremaneira quando Chateaubriand lhe contou de seus planos de expandir sua rede jornalística para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A expressão cadeia nacional teria trazido um brilho aos olhos do deputado. Vargas teria dito ao jornalista que a cadeia de jornais projetada por ele poderia ser o embrião da unidade nacional pela qual tanto lutava. Teria também se oferecido para ajudá-lo no que precisasse para a

realização de seus planos. Iniciava-se ali um convívio entre os dois que iria até os últimos dias do político que um dia seria presidente da República (MORAIS, 1994).

Ao abrir a sucursal mineira de seu jornal, em 1925, Chateaubriand resolveu se reconciliar com os modernistas dos quais havia escarnecido em 1922. Com essa intenção, convidou alguns deles para trabalhar no jornal, ao qual agora se referia por “minha taba”. Entre outros, chamou Carlos Drummond de Andrade e Oswald de Andrade. Para deixar claro que abraçava com sinceridade a onda modernista, Chateaubriand assinou e publicou na primeira página um artigo saudando Tarsila do Amaral. Com sua característica irreverência, o jornalista insistiu em levar o “escritor futurista” italiano Filippo Tommaso Marinetti, que visitava o Brasil, acompanhado por intelectuais e estrelas do Café Soçaité, a uma inusitada visita a um terreiro de “quimbanda” em uma favela carioca (MORAIS, 1994, p. 147).

Quando, em 1927, após impor sucessivas derrotas às tropas federais, a Coluna Prestes atravessa a fronteira com a Bolívia e se entrega ao representante do governo boliviano, Chateaubriand dá início a uma nova campanha, em nível nacional para arrecadar fundos a fim de manter os combatentes e seus familiares no exílio. Em agradecimento, Prestes autoriza a *O Jornal* e ao *Diário da Noite* a publicação de duzentas páginas de diários e gráficos da Coluna. Chateaubriand encamparia, ainda, uma campanha pela anistia dos participantes da Coluna, campanha essa reforçada por artigos quase diários do dono do jornal, publicados sempre na primeira página e invariavelmente fustigando seu antigo desafeto e agora ex-presidente, Artur Bernardes (MORAIS, 1994).

Ainda naquele ano de 1927, Chateaubriand se propõe a retomar o antigo sonho de uma rede jornalística nacional, para tanto resolve investir uma parte de seu já considerável patrimônio financeiro para se estabelecer no Rio Grande do Sul. Ao tomar conhecimento de que o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, estaria financeiramente inviabilizado por falta de recursos, inicia negociações com os donos do jornal. Os proprietários teriam oferecido uma subscrição de ações que, na prática, lhe daria o controle absoluto do periódico. O negócio estaria praticamente fechado, quando um jovem deputado gaúcho de nome Oswaldo Aranha conseguiu breçar as negociações. Aranha temia que por trás do projeto da cadeia nacional estivesse escondido um plano visando a sucessão presidencial em 1930. A suspeita seria de que, com uma rede de jornais estrategicamente localizados em algumas capitais, Chateaubriand pudesse de alguma maneira atrapalhar os planos de um grupo de políticos gaúchos, liderados por Getúlio, que tramavam para a eleição de 1930. Não poderia estar mais enganado, pois os laços que uniam Chateaubriand e Vargas se tornavam cada vez mais estreitos. Para não correr riscos,

Aranha optou por embargar a negociação (MORAIS, 1994).

Em 1928, após a frustração com a não realização do negócio com o *Diário de Notícias* de Porto Alegre, Chateaubriand iria novamente ousar. Como foi impedido de expandir sua rede em direção ao Sul, pensa em lançar um produto que atingiria o Brasil inteiro. Chateaubriand soube que o projeto do jornalista português Carlos Malheiro Dias de lançar uma revista de circulação nacional começara a fracassar por falta de dinheiro e isso o levava a pensar em desistir. Ele quis saber quanto custaria levar adiante o projeto. Descobriu que com quinhentos contos de réis assumiria o controle do empreendimento. Nascia naquele momento a revista *O Cruzeiro* (MORAIS, 1994).

Chateaubriand se posicionaria claramente favorável a Getúlio Vargas na campanha presidencial de 1930, ao manifestar seu apoio ao fim da chamada política café-com-leite. Era a primeira vez que alguém se atrevia a vir a público propor a quebra de um paradigma que perdurava por quatro décadas, com apenas duas exceções (1910 e 1918). Ele faria muito mais do que isso, seria o principal responsável por convencer o pré-candidato Antônio Carlos a abrir mão da candidatura em favor de Getúlio. Do pacto selado naquele momento entre Vargas e Antônio Carlos nasceria a Aliança Liberal (MORAIS, 1994).

Em 1945, resolve entrar em outra campanha: derrubar Getúlio. Para fazer isso, reconciliou-se com Lacerda, a quem havia desautorizado meses atrás pela publicação sobre o plantio de café no Brasil, o que irritou o presidente. Vargas teria telefonado pessoalmente para Chateaubriand exigindo uma retratação de *O Jornal*, no que foi prontamente atendido, causando assim o pedido de demissão de Lacerda (MORAIS, 1994). Tomando o cuidado de não se expor, fazendo campanha aberta a Eduardo Gomes, Chateaubriand garantiu total cobertura jornalística a Gomes em *O Cruzeiro*, nos seus jornais e nas suas rádios, onde seus anúncios eram publicados de graça. Ao mesmo tempo em que se assegurou de que nada fosse publicado em seus periódicos que desabonasse a candidatura Gomes, ele se comprometeu de que quem quisesse combater a candidatura oficial por meio dos Associados seria bem-vindo, desde que assumisse a responsabilidade. Dessa forma, muitas vezes os microfones da *Tupi* e da *Tamoio* foram abertos para que Lacerda atacasse cruelmente o general Dutra. Em seus discursos, Lacerda insistia repetitivamente em sua tese de que votar no candidato da ditadura seria desrespeitar os “pracinhas” mortos na Itália durante a guerra em luta contra o nazifascismo. Para Lacerda, votar em Dutra seria “votar no fantasma de Hitler” (MORAIS, 1994, p. 456).

Se por um lado, não atacava Dutra, Chateaubriand não poupava seu patrono Vargas. Inicia-se uma campanha dura por parte dos Associados para desmerecer um decreto-lei de

Getúlio relacionado à economia. A alegação de Chateaubriand era de que a lei fora feita sob encomenda pelos assessores do presidente para destruir o império dele (MORAIS, 1994).

Amparado no movimento queremista (“Queremos Getúlio”), o presidente tentaria a última cartada para se manter no poder. A grande movimentação popular levantou suspeitas entre os militares de que algum tipo de golpe estivesse em andamento. Ministros militares pressionaram o chefe de polícia do Distrito Federal, capitão João Alberto, para que dissolvesse uma manifestação queremista no centro do Rio. No dia 29 de outubro, Vargas destituiu João Alberto substituindo-o pelo próprio irmão Benjamin Vargas. Foi a gota d’água. Naquele mesmo dia, em reunião agendada por Getúlio com o ministro da Guerra, general Góis Monteiro, este último comunicou ao presidente que ele estava deposto. Os Associados sobressaíram-se sobre todos os concorrentes na cobertura. Os repórteres Neiva Moreira e Edmar Morel realizaram a cobertura de dentro de um dos carros de combate que marcharam sobre o Palácio Guanabara (MORAIS, 1994).

Chateaubriand é descrito por Moraes em *Chatô* como um homem de posicionamento político no mínimo peculiar, a ponto de às vésperas da campanha presidencial de 1950 ter conseguido o prodígio de oferecer apoio a todos os candidatos. Mais tarde, no decorrer da campanha, os jornais do seu grupo de comunicação trariam em suas páginas fortes indícios de que: “pela primeira vez o faro político do comandante não estaria funcionando muito bem”, pois Chateaubriand decidira apostar suas fichas justamente no candidato Cristiano Machado, lançado pelo PSD apenas para guardar lugar para o próprio Getúlio (MORAIS, 1994, p. 494).

Ironicamente, o retorno de Vargas acabaria acontecendo pelas próprias páginas dos Associados. Uma reportagem de Samuel Wainer, encomendada por Chateaubriand ou feita espontaneamente, nas páginas do mesmo veículo que ajudara a derrubar Getúlio, agora o impulsionava em uma longa caminhada que o levaria de volta a Presidência da República (MORAIS, 1994).

O posicionamento de Chateaubriand frente ao nacionalismo econômico levado adiante pelo programa de Getúlio Vargas fica claro na conjuntura que antecedeu a criação da Petrobras em 1953. No episódio, Chateaubriand se mostrou um ferrenho defensor do liberalismo e do capital estrangeiro em detrimento do monopólio estatal. Com seus discursos, enquanto senador pelo PSD, foi protagonista no episódio da apreciação do projeto. Redigido por Getúlio em 1951, o projeto chegou ao Senado envolto em polêmica, causando um racha entre dois grupos antagonistas: os “ultranacionalistas”, que defendiam a produção petrolífera e toda a cadeia industrial como monopólio estatal e, do outro lado, os chamados “entreguistas”, partidários da

participação da iniciativa privada, inclusive empresas estrangeiras na exploração do petróleo (JORNAL DO SENADO, 2014, p. 7).

Durante o processo de estudo e votação do projeto pelo Senado, Assis Chateaubriand posicionou-se contrário aos nacionalistas, a quem chamou de “jacobinos”, afirmando em discurso que o caminho mais rápido para que o Brasil se convertesse em produtor e exportador de petróleo bruto e refinado seria a iniciativa privada. Para defender seus argumentos, citou os exemplos de países como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Venezuela que, segundo ele, davam à palavra nacionalismo o sentido de construção da grandeza nacional. Para Chateaubriand, essa linha de raciocínio se opunha diametralmente ao pensamento dos adversários, por ele classificado de “jacobinismo” que, de acordo com sua concepção, destilava ódio e sentia medo da cooperação com nações mais adiantadas (JORNAL DO SENADO, 2014, p. 7).

Apesar da forte sustentação de argumentos por parte dos adversários, principalmente do PTB, o texto favorável à iniciativa privada foi aprovado pelo Senado. No entanto, o projeto retornou à Câmara onde as emendas promovidas pelo Senado foram sumariamente eliminadas. À Câmara coube o veredito e, em outubro de 1953, a criação da Petrobras foi sancionada pelo presidente Vargas (JORNAL DO SENADO, 2014).

As relações entre Assis Chateaubriand e o criador da primeira lei antirracismo do Brasil, Afonso Arinos, começaram bem antes de Afonso Arinos propor a lei que levaria seu nome. Entre os anos de 1943 e 1945, Arinos participou com artigos sobre literatura e política nos jornais da cadeia de Chateaubriand, sendo ele um dos aliados do empresário do jornalismo na campanha de oposição ao que ambos consideravam a continuidade da ditadura de Getúlio (GRILL, 2015). Desde então, os veículos dos Associados sempre reservaram espaço de destaque para Arinos, conferindo a esse o papel de protagonista, principalmente nas questões relativas à discriminação ou desigualdade racial. No dia 20 de julho de 1950, o jornal *Diário da Noite*, de São Paulo publicaria matéria onde vários integrantes da redação dos Diários Associados prestavam homenagem a Arinos por sua luta contra a discriminação racial. Através de telegrama, os jornalistas também condenavam a estupidez do incidente envolvendo a antropóloga e bailarina afro-americana, Katherine Dunham, que fora impedida de se hospedar no hotel Esplanada na capital paulista, em virtude da cor de sua pele (DIÁRIO DA NOITE, 1950).

Em outra oportunidade, o mesmo periódico paulista publicaria uma pequena matéria, dessa vez na oitava página, sobre a realização do I Congresso do Negro Brasileiro, onde figuras

do movimento negro, como o francês Roger Bastide e o brasileiro Abdias do Nascimento, que participaram do evento, são relegadas a um plano secundário para que os holofotes fossem dirigidos a Arinos (DIÁRIO DA NOITE, 1950).

Arinos também era enaltecido, nas páginas dos Associados por seu vasto conhecimento sobre direito eleitoral. Em matéria publicada no dia 5 de janeiro de 1954, no *Diário de Notícias*, do Rio Grande do Sul, ele é descrito como o grande articulador político do acordo entre a UDN e o PSD, ocorrido em Petrópolis-RJ, visando a eleição em Minas Gerais. Durante a convenção, Arinos teria aconselhado aos dois partidos que agilizassem a votação da reforma eleitoral, a fim de garantir a lisura no processo eleitoral que se aproximava (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954).

Eram em vários pontos convergentes as linhas de pensamento destes dois atores políticos e sociais, bem como dos partidos aos quais se filiaram. Ambos, cada um a seu modo, eram defensores do liberalismo e do capital estrangeiro em detrimento do monopólio estatal. Chateaubriand, enquanto senador pelo PSD, foi protagonista no episódio da apreciação do projeto de criação da Petrobras em 1953. O projeto, redigido por Getúlio em 1951, chegou ao Senado envolto em polêmica, causando um racha entre dois grupos antagonistas: os “ultranacionalistas”, que defendiam a produção petrolífera e toda a cadeia industrial como monopólio estatal e, do outro lado, os chamados “entreguistas”, partidários da participação da iniciativa privada inclusive empresas estrangeiras na exploração do petróleo (JORNAL DO SENADO, 2014).

Durante o processo de estudo e de votação do projeto pelo Senado, Assis Chateaubriand posicionou-se contrário aos nacionalistas, a quem chamou de “jacobinos”, afirmando em discurso que o caminho mais rápido para que o Brasil se convertesse em produtor e exportador de petróleo bruto e refinado seria a iniciativa privada. Para defender seus argumentos, citou os exemplos de países como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Venezuela que, segundo ele, davam a palavra nacionalismo o sentido de construção da grandeza nacional, ao contrário do “jacobinismo” que, de acordo com sua concepção, destilava ódio e sentia medo da cooperação com nações mais adiantadas (JORNAL DO SENADO, 2014).

Apesar da forte sustentação de argumentos por parte dos adversários principalmente do PTB, o texto favorável à iniciativa privada foi aprovado pelo Senado. No entanto, o projeto retornou à Câmara onde as emendas promovidas pelo Senado foram sumariamente eliminadas. À Câmara coube o veredito e, em outubro de 1953, a criação da Petrobras foi sancionada pelo presidente Vargas (JORNAL DO SENADO, 2014).

O chefe dos Diários e Emissoras Associados estava comprometido com uma opção

política longínqua à afirmação de uma identidade negra e a uma pauta comprometida com a organização social e política dos negros brasileiros. Podemos ver a forma como algumas matérias mostravam o “equacionamento” do preconceito racial no Brasil, através da atuação de homens brancos como Afonso Arinos e Gilberto Freire. Ou a visão simplista do jornal *Diário da Noite*, capaz de ver na lei Afonso Arinos, a solução para o problema do racismo no Brasil. Uma matéria muito sintomática foi a que veiculava a opinião do presidente Dutra sobre a questão racial. O jornal noticiava que o presidente Dutra era “favorável à igualdade entre negros”. Isto equivalia a reconhecer que a igualdade entre os brasileiros, reconhecidas nas Constituições de 1891, 1934, 1937 e 1946 era uma falácia... (DIÁRIO DA NOITE, 1950, p. 6).

Um exemplo do posicionamento conservador e avesso ao protagonismo negro do *Diário da Noite*, podemos acompanhar nas matérias do jornal que tratam das manifestações culturais e religiosas negras no Brasil da década de 1950. Essas matérias insistiam em estereótipos, enxergando nessas manifestações o caráter exótico, pitoresco. Por outro lado, essas reportagens insistiam em uma representação do negro ligada à incultura, a sobrevivências de um Brasil arcaico que deveria ceder lugar ao considerado progresso. Como, por exemplo, as matérias que tratavam das disputas entre dois babalaôs do Rio de Janeiro: Joãozinho da Goméia e Benedito Santos, conhecido como Benedito Espírito Mau (DIÁRIO DA NOITE, 1952; DIÁRIO DA NOITE, 1952).

5.2 Lei Afonso Arinos de Melo Franco: A “Dádiva” de um Conservador

A lei 1.390/51, que leva o nome de seu proponente, considerada a primeira lei antirracismo do Brasil, foi promulgada em 3 de julho de 1951 pelo presidente Getúlio Vargas. A princípio foi muito saudada pela mídia impressa hegemônica daquela época, como uma reedição da redentora Lei Áurea. O principal concorrente do *Diário de Notícias* em Porto Alegre, seu concorrente mais importante, principalmente em termos de conservadorismo, o *Correio do Povo*, apressou-se em publicar um editorial intitulado “Defesa contra os Arianos”. O editorial escrito pelo jornalista Rivadávia de Souza, em 21 de julho de 1951, onde partes dos discursos acalorados dos deputados, na tribuna da Câmara Federal eram citados, pedindo urgência na aprovação da lei (CORREIO DO POVO, 1951).

O editorial também fazia referência a um episódio ocorrido em momento anterior à proposta do projeto de lei de Arinos. Tratava-se de um ato de racismo ocorrido no hotel *Esplanada* em São Paulo, onde a mundialmente reconhecida antropóloga, ativista social e

bailarina negra que chegava ao Brasil para uma série de apresentações de seu espetáculo coreográfico, baseado na cultura afrodescendente, juntamente com todo o corpo de baile que a acompanhava, foi impedida de se hospedar no referido hotel, sob a alegação do gerente de que “aquele estabelecimento não recebia gente de cor”. O próprio Arinos teria mencionado, em discurso que pedia a urgência na votação da lei, o episódio como sendo um dos fatores motivadores de seu projeto de lei. Como vemos aqui, não se trata de nenhuma novidade o apoio da mídia hegemônica a projetos populistas e demagógicos, assim como acontece na atualidade (CORREIO DO POVO, 1951, p. 4).

Indubitavelmente, a lei foi pioneira por levar em consideração as atrocidades cometidas contra os afrodescendentes antes e depois da abolição. Entretanto, as motivações políticas do deputado Arinos não eram exatamente o que se poderia considerar como uma dádiva celestial ou um decreto divino e magnânimo. Apesar de ter sido saudada em vários veículos de comunicação como uma segunda Lei Áurea, o projeto deixava muito a desejar na luta pela igualdade de direitos (CORREIO DO POVO, 1951).

Ainda naquele editorial foram citadas partes do discurso de Gilberto Freyre, naquela época já figura destacada em nível internacional. Em seu discurso emocionado na tribuna da Câmara, Freyre enaltecia a grandiosidade do momento histórico proporcionado à Nação, pela promulgação da lei proposta pelo então colega na Câmara Federal. Para Freyre, a atitude do legislador em muito contribuiria para elevar o papel do país diante do mundo como o paraíso das três raças, corroborando a narrativa de Freyre, na obra escrita dezoito anos antes, *Casa Grande e Senzala*. Certamente o autor do célebre livro reconhecia e saudava a importância da evolução do caráter e das atitudes de Arinos e, assim sendo, considerava a lei, não só benevolente, como também uma redenção dos pecados passados da Nação (CORREIO DO POVO, 1951).

Igor Grill (2015) descreve Arinos como descendente de uma linhagem da elite da política, da intelectualidade e da diplomacia brasileira, que remonta à época do império. O avô de Arinos, Virgílio Martins de Melo Franco, foi deputado da Província das Minas Gerais durante o reinado de Pedro II. Seu pai foi embaixador do Brasil junto à Liga das Nações no crucial momento histórico do “entre guerras”. Durante a infância, Afonso Arinos frequentou, em Minas, os colégios *Anglo-Mineiro* e *Arnaldo*, onde teve como colegas, entre outros que iriam se tornar sumidades da intelectualidade brasileira, por exemplo, Carlos Drummond de Andrade (GRILL, 2015).

Ainda de acordo com Grill (2015), Afonso Arinos se destacaria tanto no campo político

quanto no campo literário. No campo político, Arinos foi deputado federal entre 1947 e 1958, e senador entre 1959 e 1967, e 1987 e 1990, além de ministro das relações exteriores e secretário de estado por Minas Gerais. No campo literário, foi autor de dezenas de livros, onde se especializou em biografias, chegando aos mais consagrados lugares da vida intelectual brasileira, como a Academia Brasileira de Letras (ABL), a Academia Mineira de Letras, a Academia Nacional de História, a Academia Nacional de Educação, a Academia de Ciências Jurídicas, o Conselho Federal de Cultura, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre outros (GRILL, 2015).

Em agosto de 1927 é diplomado em Direito e nesse mesmo ano assume a função de redigir notícias e escrever artigos tratando de política internacional no jornal *Diário de Minas*, tendo como redator chefe, seu antigo colega de colégio, Carlos Drummond de Andrade. Em 1928, passou a escrever crônicas no periódico *O Jornal*, de propriedade de Assis Chateaubriand que viria a ser o comandante da gigante jornalística Diários e Emissoras Associados. Ainda nessa mesma época, Arinos se aproxima de expoentes do modernismo, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Manuel Bandeira (GRILL, 2015).

Arinos debutou na vida política através da promotoria em Belo Horizonte e pela participação na Aliança Liberal em 1929. A mesma Aliança Liberal que mais tarde lançaria Getúlio Vargas e João Pessoa, candidatos à eleição presidencial em 1930. Mais tarde, Arinos se tornaria um ferrenho opositor do mesmo Getúlio. Arinos dedicou-se à produção de inúmeros livros e artigos, pró e contra o regime varguista, além do documento que reuniu os opositores de Vargas (O Manifesto dos Mineiros) em 1943. Ainda neste período, Arinos se destacaria por reunir entre suas qualidades tanto atributos políticos, quanto intelectuais (GRILL, 2015).

De 1943 a 1945 Arinos participaria com artigos sobre literatura e política nos jornais da cadeia dos Diários Associados (dirigidos pelo empresário Assis Chateaubriand). Nesse intervalo temporal também ingressa no campo da política partidária, exerce participação importante na criação da União Democrática Nacional (UDN) e se lança pela sigla a deputado federal por Minas Gerais em virtude da desistência do irmão (GRILL, 2015).

De acordo com Chaloub (2013), o partido ao qual Arinos ajudou a criar se caracterizou não somente por ser o principal partido de oposição no período entre os anos de 1946 a 1964, mas também como a agremiação partidária mais comprometida com o estabelecimento do pensamento liberal brasileiro daquele período. Esse comprometimento ficaria tão fortemente marcado no imaginário político daquela conjuntura a ponto de proporcionar o surgimento de algo semelhante a uma verdadeira doutrina liberal. Essa doutrina ultrapassaria os limites do

próprio partido visto que seria adotada, também, por outros partidos conservadores da época como o PSD de Assis Chateaubriand. Essa espécie de pensamento único ficaria conhecida como o “udenismo” (CHALOUB, 2013, p. 295).

Importante salientar que esse engajamento partidário em defesa do liberalismo, apesar de forte, não se deu de maneira alguma de forma homogênea, nem mesmo dentro da própria UDN. Entre as múltiplas facetas ou correntes que se alinhavam sob a sigla, Chaloub (2013) destaca dois vetores principais, aos quais ele denominaria “udenismo pedagógico” e “udenismo conflitivo”. O primeiro desses grupos, ao qual identifica como maior expoente o deputado Afonso Arinos, atribuía às elites o papel de magnânimo mediador dos embates políticos conjunturais. A segunda vertente do pensamento udenista confere às elites o papel de protagonista no enfrentamento político, ao assumir e utilizar-se do confronto com o inimigo como estratégia principal do embate político, sob o comando de Carlos Lacerda (CHALOUB, 2013, p. 296).

Afonso Arinos foi protagonista nos embates entre os partidos e, também, no interior dessas agremiações, nas comissões e no plenário do parlamento, em ministérios de governos (presidencialistas e parlamentaristas) e em fóruns intergovernamentais do chamado período da democracia populista (1945-1964). Arinos se utilizava dos canais institucionais que naquele momento eram construídos de forma precária e gradual, bem como dos espaços oferecidos pela mídia (mais precisamente o jornalismo). Ao agir dessa forma, posicionou-se sobre os mais variados temas, tais como as reformas políticas, a legislação eleitoral, os regimes de governo, a soberania e a auto determinação (GRILL, 2015).

Sua primeira experiência como parlamentar ocorre entre 1947 e 1951 ao tomar posse como deputado. É nesse período que Arinos mostra sua competência como legislador com o projeto e aprovação da Lei Afonso Arinos relativa à questão racial (GRILL, 2015).

Em julho de 1951, o Congresso aprova seu projeto de lei que transformava em contravenção penal práticas de atos de preconceito de raça e cor. Naquele momento, Arinos foi amplamente divulgado pela imprensa, inclusive pela cadeia de Chateaubriand, os Diários e Emissoras Associados e pela Companhia Jornalística Caldas Júnior do Rio Grande do Sul entre outros veículos da imprensa nacional (CORREIO DO POVO, 1951).

O criador da primeira lei antirracismo teve destacada participação na sucessão presidencial de 1955, não somente por assumir a liderança da bancada da minoria, mas também por dominar amplamente questões do direito eleitoral. Arinos teria, ainda, desempenhado papel de protagonista na luta pela criação da cédula oficial (GRILL, 2015).

No período de 1956 até 1961, mais uma vez, sobressaiu-se tanto no campo político quanto no literário, pois naquela conjuntura, assume a liderança do bloco de oposição, elege-se senador e assume a presidência da comissão das Relações Exteriores que culminaria com a implantação da nova política externa brasileira no governo Jânio Quadros, ao assumir o cargo de ministro de Relações Exteriores. Nessa posição, Arinos foi responsável pela formulação e implementação da nova política externa, abandonando o alinhamento automático com os EEUU e aproximando-se de países socialistas. Nesse mesmo período, para coroar de êxito sua carreira literária, Arinos é eleito e empossado na Academia Brasileira de Letras (GRILL, 2015).

O perfeito domínio de Arinos sobre questões de Teoria Política fez com que o político ocupasse papel fundamental no debate sobre a adoção do regime parlamentarista que teria solucionado a crise decorrente da renúncia de Jânio (GRILL, 2015).

Afonso Arinos colaborou com o movimento político militar de 1964, como secretário de governo de Magalhães Pinto (governador mineiro e líder civil da conspiração). Esta colaboração foi facilitada pela sua grande capacidade como ensaísta político, através da redação de artigos sobre conjuntura e crise política. Em 1978, valeu-se de seu conhecimento jurídico e político para contribuir com parecer técnico, a convite do então presidente, o general Ernesto Geisel, sobre as reformas políticas a serem implementadas. Para Grill (2015), essas atitudes demonstram a habilidade de Arinos para transitar, tanto nos regimes democráticos estabelecidos entre os anos 1945 e 1964 e posteriormente entre 1980 e 1990, quanto nos regimes autoritários que abrangem os períodos de 1937 a 1945 e de 1964 a 1979 (GRILL, 2015).

Na fase final de sua carreira, já no período conhecido como redemocratização, acumulou às certificações conquistadas por meio do acréscimo de títulos escolares, o exercício do magistério superior e a produção de obras literárias e artigos, bem como o desenvolvimento de outros conhecimentos e inserções, tais como técnicas relativas à produção de pesquisas de opinião e a atuação em fundações de estudos focados em partidos políticos, por exemplo, teve participação na criação da Fundação Milton Campos (Instituto ligado à Aliança Renovadora Nacional - Arena). De certa forma, apropriou-se da nova linguagem do poder, legitimada por uma imagem de credibilidade científica e pela concordância com a ideologia democrática, geralmente seguindo modelos importados de instituições norte-americanas (GRILL, 2015).

Entre os anos de 1986 e 1990, retornaria ao Senado pelo Partido da Frente Liberal (PFL), onde seria presidente da Comissão de Sistematização da Constituição, e participaria da Assembleia Nacional Constituinte. Ainda neste período, Arinos se filiaria ao Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB (GRILL, 2015).

5.3 Fernando Dias: o Drama de um Menino Negro “Beneficiado” Pela Lei Afonso Arinos

A Lei 1.390/51, proposta pelo deputado Afonso Arinos, foi sancionada pelo presidente Vargas, em 1951, mas somente seria posta em prática em 1955. O primeiro beneficiário da lei foi um menino de nome Fernando Dias, de pouco mais de três anos. O pequeno Fernandinho, como era carinhosamente chamado pela família que o acolheu após sua entrega pela mãe, empregada doméstica da família, sob a alegação de não ter condições financeiras para criá-lo, foi expulso de uma escola da elite carioca. O episódio foi batizado pelos cronistas da imprensa carioca da época como “o caso do menino preto” (VAZ, 2020, p. 1).

A história de Fernando começa antes mesmo de seu nascimento. O pai e a mãe do menino que é bisneto de escravizados, eram respectivamente o mordomo e a empregada doméstica de uma família da alta sociedade do Rio de Janeiro. Como já dito anteriormente, a mãe alegando falta de recursos entrega o filho para sua patroa e madrinha do menino para que esta o crie. Devaneguy Lakmy Silva era filha do ex ministro da fazenda, Antônio Gudin, que se tornou sua madrinha, pagou seus estudos e o fez seu herdeiro desde o nascimento. Segundo Fernando “ela era humanista e progressista, mas foi uma postura polêmica em uma cidade escravocrata e racista” (VAZ, 2020, p. 2).

O marido de Devaneguy, Alberto Felício dos Santos, filho de um famoso advogado de mesmo nome já falecido à época, matriculou o menino na mais nova escola de elite do bairro de Copacabana, no dia 8 de dezembro de 1955. O jardim de infância de nome em inglês, *Happy School*, cujos diretores, Sílvia Lamounier e Hans Petrus van Lammeren que, segundo Felício, passavam-se por canadenses, mas na verdade eram “cariocas da gema”. Em entrevista à revista *A Semana*, Felício teria dito que tomara a decisão de matricular o menino na *Happy School*, atraído pelos sugestivos anúncios da escola. Felício contou aos jornalistas que acertou os detalhes da matrícula com a diretora Sílvia, fez-lhe algumas recomendações em relação ao menino e retornou na segunda feira seguinte já acompanhado por Fernando. Disse, ainda, que só voltou a manter contato com a diretora no dia em que recebeu um telefonema da mesma, dizendo-lhe que Fernandinho não poderia continuar na escola em virtude das reclamações de diversos pais de alunos (REVISTA A SEMANA, 1956).

Felício disse que, a princípio, foi surpreendido pelas palavras da diretora, mas que rapidamente compreendeu tudo. Era por causa da cor de Fernando. Disse que a partir daquele momento perdeu o controle e se exaltou. Mas o que mais o teria irritado foi a frase dita em inglês pela diretora Sílvia, frase esta a qual ele disse ter compreendido perfeitamente, pedindo a uma outra professora que chamasse a “Rádio Patrulha”. Felício se disse enfurecido com a atitude da diretora e que o triste procedimento denotava o racismo injustificável para uma instituição de ensino (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 41).

A *The Happy School*, que se apregoava como seguidora da doutrina canadense, rapidamente recebeu entre seus matriculados crianças de sobrenomes ilustres da alta sociedade carioca como Malcon Morris, Von Bertrand, entre outros. Em sua maioria diplomatas que, na sequência, demonstraram grande desconforto ao ver seus filhos brincando com um negro (VAZ, 2020).

O caso de Fernando foi acompanhado durante meses pelos diários cariocas. Os periódicos diziam que os donos da *The Happy School*, que eram brasileiros, mas se passavam por canadenses, expulsaram Fernandinho num piscar de olhos. O escândalo explodiu e as manchetes alardeavam: “[...] o povo brasileiro é profundamente hostil ao preconceito racial”, “[...] ficou claro que a medida racista foi insuflada por gente que herdou de Hitler o ódio pelos povos inferiores”. Ironicamente, essa última afirmação vinha impregnada do próprio racismo ao qual criticava, pois admitia ao seu final que os negros eram, sim, representantes de uma raça inferior (VAZ, 2020, p. 1).

No mesmo exemplar que trazia a versão do padrinho de Fernando, a revista *A Semana* também trazia a versão da diretora de escola. Na entrevista, Silvia Carrera Lamounier Van Lammeren mostrou-se profundamente contrariada com a enorme repercussão que a imprensa deu ao caso do menino preto, adulterando, em sua opinião, completamente os fatos acontecidos. “Nunca fomos racistas, disse ela. Pois criamos desde os 3 anos uma menina de cor e pretendíamos levá-la ao Canadá, quando em 1953 meu marido e eu nos transferimos para Montreal”. Sílvia contou à reportagem que no Canadá eram dois estrangeiros, dois brasileiros com vontade de trabalhar e que teriam organizado uma escola por onde teriam passado duzentas crianças e que a escola teria merecido recomendação oficial do próprio governo canadense (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 42).

Na versão da acusada, no dia 8 de dezembro de 1955, enquanto eram feitos os preparativos para a inauguração da escola, o senhor Felício apareceu sozinho para matricular uma criança. Contou que sentiu-se chocada com a primeira pergunta do visitante: “A senhora aceita PRETOS em sua escola”? A esta pergunta teria respondido com outra: e por que não? Apesar de estranhar e classificar a pergunta como descabida Sílvia disse que Felício mostrou-se satisfeito com a resposta recebida, fazendo, ainda, algumas observações sobre o menino que não era seu filho, mas apenas afilhado, filho de uma empregada sua e a quem estimava muito. Sílvia passou, a seguir, a contar que nos dois primeiros dias nada de anormal acontecera, porém no terceiro dia, no horário do recreio, encontrou o menino brincando junto ao paredão de uma obra em construção e que o teria advertido, em suas palavras, serenamente que ali não era permitido ficar. Nesse momento disse ter notado, pela primeira vez, a reação de Fernando a uma ordem mais severa. O menino teria “emburrado”, desatado em choro e em virtude de ter pretendido que ele se sentasse em um lugar designado, o menino se mostrou tão irritado e agressivo que teve que ser segurado por ela com firmeza. Que nesse momento Fernando investiu contra ela desferindo tapas e pontapés em seu rosto e pernas. Disse que desperdiçou o resto de seu tempo, em prejuízo das

outras crianças, contendo Fernando, utilizando para isso de todos os recursos que a psicologia moderna lhe havia ensinado (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 42-43).

Sílvia contou aos entrevistadores que, ao final das aulas, comunicou-se imediatamente com a residência de Fernando, para solicitar a presença do responsável para com o mesmo se entender pessoalmente, no dia seguinte. Disse nada ter mencionado sobre o assunto a ser tratado. Apenas convidou a pessoa a ir ao colégio, onde pretendia palestrar como fazia habitualmente com outros pais de alunos, a fim de fazer-lhe um apelo para que com ela colaborasse. Sílvia relatou ter sentido enorme surpresa com a chegada de Felício Santos, visivelmente transtornado. Disse que sentiu muito medo, ante a atitude do homem que gritava: “[...] já sei, já sei. É por causa da cor de Fernando, não é?”. Disse que apesar dos esforços dela e do marido não lhes foi possível explicar a motivação do convite formulado ao responsável pelo menino. Que passou então a adverti-lo de que deveria respeitar a escola, o seu lar e finalmente a ela enquanto mulher. Que vendo não ser possível contê-lo, solicitou a uma professora que chamasse a Rádio Patrulha, ao que Felício teria respondido: “Não é preciso ir chamá-la, eu mesmo mandarei o meu chofer chamar” (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 43).

A reportagem da revista procurou ouvir os advogados de defesa do casal acusado, drs. Amauri Lacerda e Geraldo Lins e Silva e que esses se mostraram igualmente surpresos com a enormidade de falhas processuais num processo em que: “[...] conforme afirma o próprio promotor, só constam a palavra dos acusados e do acusador (responsável, mas não o pai do menor) que também figura como testemunha... e cuja sentença foi proferida sem que dos autos constasse a folha de antecedentes penais dos acusados...”. Em seu escritório, os advogados mostraram aos repórteres os autos do processo para salientarem de início: A lei é muito clara e determina a inclusão como contravenção penal da “[...] recusa por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceitos de raça ou de cor” (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 43). -“Ora, não houve recusa, tanto assim que dos autos consta a matrícula provisória do menor Fernando Dias, e isso mesmo admite o próprio responsável, quando afirma haver pago determinada importância correspondente à matrícula efetuada” (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 43).

Os causídicos também denunciaram a utilização de seus clientes como “cobaias da nova lei” e que, como tal, sofreram as consequências do clima de sensacionalismo criado em torno do processo pela imprensa falada, escrita e projetada. Denunciaram, ainda, que nem mesmo a defesa escapou, pois chegaram a ser apontados como sendo eles próprios racistas por um jornal

do Rio de Janeiro. Além disso, alegaram manipulação da opinião pública contra os dois professores. Manipulação essa da qual teria sido vítima o próprio magistrado da 17ª Vara Criminal, Dr. Irineo Joffly, que teria se deixado contaminar pela “[...] muito bem engendrada trama de provocação racista por parte de Felício Santos (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 43).

Para provar sua tese, os advogados anexariam ao processo recortes de jornais que, segundo eles, revelavam o plano de Felício que muitos meses atrás teria utilizado o menino para prestar solidariedade às declarações do lutador de vale-tudo Carlos Gracie, onde o mesmo repudiava o preconceito de cor naquela modalidade de luta. Em um dos recortes, foi mostrada a fotografia do menino negro em um ato em que aparece entregando a Hélio Gracie uma mensagem de solidariedade. O fato teria ocorrido em outubro do ano anterior. Nas palavras do advogado: “É a preocupação do preconceito de que domina o espírito do responsável pelo menor Fernando Dias” (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 43).

As páginas da reportagem traziam, ainda, duas fotos que tentavam convencer a opinião pública de que: “[...] o racismo não existia entre as crianças brasileiras pois estas, mesmo sem a Lei Afonso Arinos, jamais fizeram discriminação de raça.” Na primeira foto, no canto inferior direito da página 43, Fernandinho aparece na *The Happy School* entre colegas sobre os quais a legenda diz: “[...] cuja idade não lhes permite, felizmente, conhecer as dores do mundo.” Em outra foto, ao lado da primeira e feita também na *The Happy School*, na qual a legenda chama a atenção para um menino branco ao lado de seu colega de cor e ainda identifica o menino negro como sendo o filho do conhecido artista Abdias Nascimento, do Teatro Experimental do Negro (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 43).

Para completar a defesa dos donos da escola, os advogados levantam a hipótese de que Felício, enquanto aguardava a diretora para realizar a matrícula, teria mantido um diálogo com uma senhora, chamada Dilma de Almeida, a qual ele supôs ser uma professora, dizendo a ela que: “-É pena que o meu menino não seja da raça ariana como esses daí...” (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 43).

Durante o depoimento de Dilma, o juiz procedeu a acareação com o autor da frase, reconhecido entre os presentes pela referida senhora. Por estranho que pareça a resposta dada ao juiz e que o satisfizes plenamente foi apenas essa: “-Não me recordo...” (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 43).

Voltando à entrevista de Felício dos Santos, a reportagem diz que o mesmo contou ter sido alertado por um amigo da existência da recente Lei que punia a audácia da qual Fernando tinha sido vítima. Assim sendo, ele deliberou que a mãe de Fernando comparecesse ao Distrito

para apresentar queixa contra o inusitado procedimento dos responsáveis por esta escola estrangeira. Além disso, providenciou para que o menino prestasse uma série de exames psicológicos que tiveram como resultado farta prova documental atestando que Fernando era um menino completamente normal, de QI 1.02, ou seja, considerado acima da média para a sua idade. Tendo Felício anexado todos estes documentos ao processo (REVISTA A SEMANA, 1956). A página 41 traz em seu canto superior direito, cópia do laudo assinado pela psicóloga Ofélia Boison Cardoso para a Orientação da Infância e Adolescência. Como resultado final, o laudo aponta que “[...] a criança é perfeitamente normal com reações de acordo com sua idade e biotipo. Bom nível de inteligência: QI 1.02” (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 41).

Discorrendo sobre a justiça da sentença do juiz Irineo Joffly, para depois acrescentar.

“[...] - Aliás como resposta às críticas e injustiças assacadas contra mim pelo causídico que defendeu os réus passo a responder com um trecho da própria sentença:
-...o gesto do sr. Alberto Felício dos Santos é sobre todos os motivos recomendável e não fosse o desprendimento com que defendeu os direitos do seu pupilo, seria provavelmente mais um caso de meninos negros prejudicados por esse terrível complexo racial que tantas desgraças têm provocado (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 20).

No final da entrevista, os repórteres conseguem a façanha de dedicar “imensas” quatro linhas para tomar os depoimentos dos pais biológicos de Fernandinho, Pedro e Tereza Dias. Perguntam a eles:

-O que a senhora acha disso tudo Dona Tereza?
-É... murmura cabisbaixa.
-E o senhor?
-É... responde sorridente. (REVISTA A SEMANA, 1956, p. 43).

Sessenta anos depois. A vida passou para Fernando Dias. Ele ocupa as tardes de quinta a sábado no Jockey Clube do Rio de Janeiro, onde tenta multiplicar os cerca de 700 reais com os quais hoje se sustenta. “Vivo disso há 15 anos, é como uma bolsa de valores para mim. Cada cavalo é uma ação, e eu sei o jôquei e o treinador dele”, explica (VAZ, 2020, p. 1). Aos 63 anos, ele faz com desenvoltura referências a Sartre e Vitor Hugo com absoluta naturalidade. Fernando afirma que criou um método próprio para ganhar, embora o resto dos turfistas, afirmem que não existem fórmulas mágicas e que todos perdem. Fernando se mostra irredutível e garante que seu método é uma aposta a médio prazo e que haverá quatro dias no ano em que o método lhe dará 4.000 reais (VAZ, 2020).

Motivado e financiado pela madrinha, Fernando cursou Engenharia Elétrica e Pedagogia

na PUC, mas nunca terminou. Revela que há muito tempo deixou de compactuar com o sistema. Em 1986, diz que descobriu que a academia nada tinha a ver com ele, pois nunca se adaptou ao fato de a mesma vender conhecimento. “Eu não consigo mercantilizar o trabalho e fui impelido à relação burguesa que se tem com o profissional liberal.” Se dizendo anarquista dos pés à cabeça, mergulha no existencialismo de Sartre para justificar sua atitude de fechar as portas que a burguesia lhe abriu (VAZ, 2020, p. 2).

Desabafa um misto de amargura e desencanto ao falar do pai que durante toda a sua vida foi mordomo de Eugênio Gudin. Lamenta que a lealdade do pai ao ex-ministro da Fazenda tenha sido recompensada, tão somente, com um reconhecimento na biografia de *Gudin: inventário de flores e espinhos*. Na concepção de Fernando, o pai nunca deixou de ser um servente. “Ele mal sabia ler e escrever, pouquíssimos negros foram cultivados pelos patrões após a abolição da escravatura, o que não impedia os laços afetivos, claro. Mas como todo o negro, meu pai ficou de fora”. Ao fim e ao cabo, Fernando foi o único de sua família que teve a oportunidade de não ficar à margem (VAZ, 2020, p. 2).

Apesar de abandonar os estudos, nunca deixou os livros e nem saiu da PUC. Hoje Fernando ou Isi como lhe apelidaram, por conta de uma semelhança com um jogador de futebol de nome Paulo Isidoro, diz que primeiro lhe chamavam de Isidoro e depois abreviaram para Isi. Isi é quase uma lenda urbana entre os alunos dentro da PUC-RJ. Compartilha laços de amizade com eles, dá aulas e inclusive convive em uma espécie de república de estudantes. “Eu rompi com a Academia, mas a PUC continua sendo meu clube. Sua trajetória fascina os alunos que o consideram um “infiltrado na sociedade carioca.” Por ter escolhido essa vida que muitas vezes incluiu anos morando ao relento. Seus antigos vizinhos de Copacabana, que lembram dele como um rapaz culto e educado, de cabelo *black power* que enchia o elevador de perfume francês, surpreendem-se ao vê-lo em fotos com o sorriso quebrado, usando compridos *dreads* e magrinho como um adolescente (VAZ, 2020, p. 2).

Nos anos 1980, após o falecimento de sua madrinha e de sua mãe, Fernando acabou envolvido pelos irmãos em suspeitas de tráfico, inclusive sendo preso em alguns desses episódios. Nessa época, o dinheiro definitivamente acabou e, mergulhado em dívidas, foi se desfazendo de um por um dos imóveis registrados em seu nome. De fato, isso acelerou o seu processo de desligamento com qualquer bem material. Os 700 reais com que vive hoje são a parte que lhe cabe do aluguel da última das propriedades que lhe restou e que divide com os filhos dos irmãos, aos quais a carreira no tráfico levou à morte por execução. Ainda frequenta a rua onde cresceu, mas não demonstra sentir nenhuma falta daquele pequeno império que um

dia foi dele. “O homem só precisa de música e comida”, diz. “O resto é supérfluo” (VAZ, 2020, p. 3).

O fato de o Brasil possuir uma imensa variedade de etnias, ao mesmo tempo que coloca o país numa vitrine mundial da diversidade, também atrai para sociedade e para o Estado brasileiros a grande responsabilidade em relação a algumas atitudes mais efetivas no combate à discriminação (CASTRO; ALMEIDA, 2020, p. 32).

A lei Afonso Arinos, de 1951, tinha como proposta desmascarar a visão preconceituosa da sociedade brasileira em relação aos afrodescendentes e sua cultura. Em parte, a lei foi incentivada por pesquisas patrocinadas pela Organização das Nações Unidas no Brasil. Considerada um marco daquele período, foi o primeiro instituto legal de combate ao racismo. No entanto, a Lei 1.390/1951 não criminalizava os atos racistas, mas sim os tipificava como contravenção penal. Infelizmente, não era resultado de um procedimento legislativo, mas seria reflexo de um incidente internacional. Esse desvio de motivação salienta o pouco caso ou a falta de atenção aos crimes de racismo praticados contra negros no Brasil (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

Por conta da ineficiência da lei Afonso Arinos, a luta e a reivindicação pelos direitos dos afrodescendentes precisaram utilizar-se de novas estratégias, algumas delas nem tão novas, tais como aquelas baseadas em políticas norte-americanas da década de 1940, conhecidas como Ações Afirmativas. Agora, as reivindicações se dão no sentido da igualdade de condições, como o intuito de corrigir injustiças arrastadas desde a escravidão. Ao invés da luta por liberdade, travar-se-ia agora a batalha pela igualdade ou pela equidade de oportunidades, reconhecendo de forma efetiva o negro como cidadão de fato e de direito (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

A título de contextualização, torna-se necessária uma pequena recapitulação em relação a leis promulgadas há mais de um século antes da proposta e aprovação da lei Afonso Arinos. É preciso recordar uma série de argumentos e práticas legais atrás das quais se escondia o cruel objetivo de impedir a emancipação do negro enquanto cidadão pleno (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

Em 1831, ficou estabelecida a proibição do tráfico negreiro, no entanto, essa lei nunca chegou a ser plenamente cumprida em virtude do poder econômico exercido pelo regime escravista. Em 1885, foi promulgada a lei Saraiva Cotegipe, mais conhecida historicamente como a Lei dos Sexagenários. Essa lei prescrevia que todos os escravos, aos 65 anos de idade, automaticamente estariam libertos. Esse foi o sórdido mecanismo encontrado pelos escravocratas para se livrarem da responsabilidade de alimentar, cuidar e dar moradia a um

escravizado velho e imprestável para o árduo trabalho nas fazendas (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

Em virtude da pressão do movimento abolicionista, em setembro de 1871 era aprovado o estatuto legal que foi denominado Lei do Ventre Livre. A referida lei determinava que filhos de escravos nascidos a partir daquela data seriam livres. Entretanto, um pequeno detalhe da lei em relação às crianças dizia que essas ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de oito anos. A partir daí, o próprio senhor decidiria se receberia uma indenização do Estado pela alforria da criança ou poderia utilizar-se dos serviços do menor até que completasse vinte e um anos, a fim de que o menor pagasse pelo próprio sustento. Definitivamente, uma postura muito humanitária por parte dos escravistas. Era evidente que a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários não passavam de meras manobras jurídicas criadas para iludir a opinião pública com o objetivo específico de manter a escravidão. Os autores Castro; Almeida (2020) defendem a tese de que a emancipação dos negros encontra um de seus maiores obstáculos exatamente no âmago do próprio ordenamento jurídico brasileiro (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

A própria “Redentora de 1888”, definida por alguns autores como a “conquista da liberdade”, teria se dado em virtude de vários fatores atrelados às transformações da estrutura econômica mundial que culminaram com a imposição da abolição. A forte pressão internacional pela libertação teria partido principalmente da Inglaterra e não teria motivações altruísticas, mas sim econômicas, uma vez que aquela potência europeia almejava a formação de um mercado consumidor. Também havia o temor em relação às rebeliões empreendidas pelos escravos, aliado ao fato da recusa da polícia em recapturar escravos fugitivos. Outro fator preponderante foi a profunda transformação pela qual passava uma sociedade agrária que, de repente, se viu às voltas com a aurora do capitalismo (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

Todos os seres humanos possuem dignidade pelo simples fato de existir. Assim sendo, a proteção da dignidade da pessoa humana é o fundamento dos Direitos Humanos que foi criado para proteger todos os direitos indispensáveis à vida, a integridade física, psíquica e social (CASTRO; ALMEIDA, 2020, p. 36).

É o que diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, através da Resolução 217 A (III). Esse documento foi construído por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, ao estabelecer, de acordo com Castro; Almeida (2020), pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos, através de algumas características principais:

Os direitos humanos são fundados sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa;
 Os direitos humanos são universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação todas as pessoas;
 Todos os direitos humanos devem, portanto, ser vistos como igual importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa (CASTRO; ALMEIDA, 2020, p. 33).

A Declaração, por sua abrangência internacional, destaca-se como marco central de combate ao racismo, reconhecendo que: “[...] todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades, nela estabelecidas, sem distinção de qualquer espécie, sejam elas de raça, cor, sexo, língua, opinião pública ou de outra natureza” (CASTRO; ALMEIDA, 2020, p. 37).

Após mais de trinta anos da promulgação da lei Afonso Arinos, a fim de combater o racismo no Brasil, nosso sistema jurídico voltou a incorporar princípios de caráter internacional à legislação vigente. Em 1988, foi dado um passo importante com a promulgação da Constituição Federal, após um longo período em que a democracia foi substituída por um regime autoritário. A nova Carta Magna criminalizou o racismo e passou a rejeitar a prática de preconceito de qualquer natureza. Em 1989, foi promulgada a Lei 7.716 que se refere diretamente à discriminação e preconceito. Oito anos depois, essa lei seria modificada e assumiria maior abrangência com a criação da lei 9.459/1997, que punia os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

No entanto, no entendimento de Castro; Almeida (2018), uma alteração contida nesse mesmo instituto descaracterizou o crime de racismo: foi introduzida a figura penal do crime de injúria. As autoridades encarregadas da aplicação da lei passaram, a partir de então, a caracterizar qualquer manifestação de preconceito contra negros e negras como injúria, ao invés de crime de racismo. A fim de embasar suas críticas ao sistema jurídico brasileiro, os autores recorrem a conceitos da Sociologia, dizendo que a introdução da injúria racial descaracterizou o crime de racismo, mas muito mais do que isto, abriu um precedente perigoso capaz de garantir a sobrevivência da prática deste tipo de delito no Brasil (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

A partir dos anos 1980 mais uma vez a bandeira da cidadania foi hasteada. Novamente surgiram denúncias relativas às dificuldades e barreiras de natureza racial impostas a jovens negros em suas trajetórias em busca da ascensão social. Cada vez mais surgiam críticos daquele que seria denominado o ‘mito’ da democracia racial (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

Nesse cenário, surge o senador Paulo Paim, representante do Rio Grande do Sul, que

apresenta um substitutivo ao projeto de Lei 3.198, no ano de 2000. O projeto ficaria conhecido como o Estatuto da Igualdade Racial e afirmava por ocasião da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial que

As leis são instrumentos importantíssimos nessa guerra contra julgamentos hipócritas, preconceitos arraigados, imposição de violência e sofrimentos, discriminação pelo que quer que seja. As leis precisam cercear os torturadores, os algozes, e proteger os desamparados, os discriminados, os que sofrem a injustiça (PAIM, 2005, p. 2).

O Estatuto defendido por Paim reuniu um conjunto de ações e medidas especiais que se fossem adotadas pelo Governo Federal contribuiriam para assegurar os direitos econômicos e sociais fundamentais para a população afrodescendente (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

Uma questão em particular do referido estatuto suscitou intenso debate na sociedade brasileira: a reserva de uma porcentagem de vagas nas Universidades públicas para alunos afro-brasileiros. Por um lado, intelectuais da sociedade civil, empresários e ativistas de outros movimentos sociais que protestavam pela inconstitucionalidade das cotas denunciando um caráter racista nas mesmas. De outro lado, um manifesto reivindicando justiça e pela defesa da legalidade das leis de cotas, fundamentados no próprio desenvolvimento histórico injusto, como foi o caso brasileiro com relação aos negros e seus descendentes (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal que decidiu convocar uma audiência pública na qual o partido Democratas reiterou os argumentos dos contrários às cotas, alegando inconstitucionalidade no interior do diploma legal: de que reservar vagas para descendentes de afro-brasileiros fere o princípio constitucional da igualdade entre estudantes (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

A grande ironia no processo foi de que a igualdade formal negada aos afrodescendentes na Constituição brasileira de 1824 agora foi invocada como princípio sagrado para a não adoção do sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

O debate se estendeu por dez anos, em julho de 2010 foi sancionada pelo Executivo a lei 12.288 que traz as normas que visam a igualdade de oportunidades e o combate à intolerância étnica. No entanto, o artigo que tratava das cotas raciais foi retirado em virtude das controvérsias e de sua impugnação legal (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

Castro; Almeida (2020) concluem dizendo que a inserção do negro na sociedade brasileira não é apenas caso de políticas públicas do patrocínio da igualdade; é antes de tudo uma reparação histórica. É preciso encarar o racismo como um problema do Estado e de toda a

sociedade. É preciso ainda que a sociedade brasileira entenda o processo de sua formação, e passe a respeitar as diversidades e enxergar as diferenças como algo valioso e que não retira o valor, nem determina superioridade ou inferioridade entre pessoas (CASTRO; ALMEIDA, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração dessa pesquisa, tomei contato com uma documentação extremamente valiosa para a compreensão da história do negro no Brasil. E essa importância veio justamente da invisibilidade do negro como sujeito histórico nas páginas dos jornais dos Diários e Emissoras Associados.

Sua cultura apareceu quase sempre relegada ao pitoresco, ao exótico, ao conferir destaque, principalmente, aos aspectos religiosos, à música e à dança. Em um momento em que passavam por um processo de reificação, como elementos exploráveis pela indústria fonográfica, pelo turismo, rádio e pela nascente televisão brasileira.

Quanto à sua condição histórica, ligada ao contexto maior das desigualdades estruturalmente mantidas no Brasil, os jornais silenciavam. Em seu lugar, aparecia uma elite política, capaz de “legar” um ordenamento jurídico suficiente para “acabar” com o preconceito racial. É assim que chegamos à lei Afonso Arinos nas páginas dos periódicos dos Diários e Emissoras Associados. Afonso Arinos aparece como o grande herói nacional, capaz de “legar” uma lei com possibilidade de encaminhar a contento os problemas do preconceito racial e garantir a igualdade constitucional entre negros e brancos.

A promulgação da lei Afonso Arinos aparece nas páginas dos jornais dos Diários e Emissoras Associados como resultado da ação política de uma elite branca “condescendente” e “sensível” à situação de desigualdade e preconceito vivenciada pelos negros brasileiros. As páginas dos periódicos consultados insistiam na representação de um Brasil miscigenado, sincrético, da vigência de uma “democracia racial”. O episódio da bailarina negra norte-americana Katherine Dunham, barrada em um hotel de São Paulo, era denunciado como incompatível com o clima de harmonia racial vigente no Brasil e defendido por, entre outros, Gilberto Freire, o qual muitas vezes colaborava com esses periódicos.

Essa pesquisa me fez, por outro lado, tomar conhecimento de uma figura emblemática, capaz de ilustrar os limites da promulgação da lei Afonso Arinos como mecanismo legal de equacionamento dos problemas derivados da desigualdade racial no Brasil. Trata-se de um menino, Fernando, o primeiro “beneficiário” da lei. Um menino negro, expulso de uma escola da elite carioca, em uma ação explicitamente racista.

O enquadramento da escola e de seus responsáveis nos casos passíveis de punição pela lei não passou de notícias. A escola continuou suas atividades, seus diretores seguiram como empresários da educação.

E quanto ao menino Fernando? A última notícia que chegou a mim foi a de um senhor idoso, a perambular, provavelmente faminto, pelo campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O menino expulso de uma escola nos anos 1950, por ser negro, não conseguiu ultrapassar a barreira da exclusão.

No entanto, seu caso aparece como a vitória do antirracismo e da igualdade jurídica nas páginas dos periódicos dos Diários e Emissoras Associados. A ilustração da crônica de Rachel de Queiroz sobre o caso é emblemática: um menino negro esquelético finalmente encontra clareza, luz, iluminação, representando sinteticamente a posição elitista e conservadora dos periódicos de Chatô.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Alexandre; ALMEIDA, Jemerson Quirino de. **Da contravenção penal ao crime de racismo: uma história de impunidade.** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/76867/74570>>. Acesso em: 18 out. 2020.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Dois liberalismos na união democrática nacional: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. In: **Revista Estudos Políticos**, n. 6. v.1. jun. 2013. (p. 294-306).
- CONTRAF-CUT. **Notícias.** Disponível em: <www.contrafcut.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2020.
- CORREIO DO POVO. **Defesa contra os arianos.** Porto Alegre, 21 jul. 1951. (p. 4).
- CPDOC. **Diário de Notícias** – Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 08 nov. 2020.
- DIÁRIO DA NOITE. **Em ebulição os terreiros.** Rio de Janeiro, 04 ago. 1952. (p. 10).
- DIÁRIO DA NOITE. **O presidente Dutra é favorável à igualdade.** Rio de Janeiro, 30 jan. 1950. (p. 6).
- DIÁRIO DA NOITE. **Primeiro congresso do negro.** São Paulo, 28 ago. 1950. (p. 8).
- DIÁRIO DA NOITE. **Sensação nos meios da macumba.** Rio de Janeiro, 1 ago. 1952. (p. 4).
- DIÁRIO DA NOITE. **Telegramas de aplausos.** São Paulo, 27 jul. 1950. (p. 3).
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Acordo UDN-PSD.** Porto Alegre, 5 jan. 1954. (p. 3).
- DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004,
- FETRAFI-RS. Disponível em: <www.fetrafi.org.br>. Acesso em: 06 nov. 2020.
- FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **Vargas, o capitalismo em construção.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GODOI, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa.** Tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, 1995. (p. 20-29).
- GRILL, Igor Gastal. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 23. jun. 2015. (p. 21-42).
- HALLBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo; Centauro, 2004.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. In: **Cadernos Saúde Pública**, n. 18 (Suplemento), 2002. (p. 57-65).

JORNAL DO SENADO. **Criação da Petrobras rachou Senado em 1953**. Brasília, 2 jun. 2014. (p. 7).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente. O papel da imprensa no processo de redemocratização – a Folha de São Paulo em 1974. In: **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, 2013. (p. 72-107).

MANDUELL, Ítala. O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística. In: **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 4, n. 1, 2015. (p. 31-39).

MICHEL, Jerusa de Oliveira; MICHEL, Margareth de Oliveira. O jornalismo como memória – um estudo a partir do gênero reportagem “A floresta das parteiras”. In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: INTERCOM, 2015.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo; Companhia das Letras, 1994. (p. 81-529).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, n. 10. São Paulo, dez. 1993.

PAIM, Paulo. Pronunciamento em que destaca a realização da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. In: **Discursos**, Brasília, 4 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.senadorpaim.com.br/discursos/pronunciamento-em-que-destaca-a-realizacao-da-1a-conferencia-nacional-de-promocao-da-igualdade>>. Acesso em: 19 out. 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

REVISTA A SEMANA. **Ruidosa estreia da Lei Afonso Arinos**. Rio de Janeiro, 7 abr. 1956. (p. 20).

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. In: **Psicologia USP**, v. 4, n.1-2, 1993. (p. 285-298).

SINDBANCÁRIOS-POA. Disponível em: <www.sindbancarios.org.br>. Acesso em: 6 nov. 2020.

VAZ, Camila. **O negro que se tornou o primeiro caso na justiça de racismo no Brasil**. Disponível em: <<https://camilavaz.jusbrasil.com.br/noticias/25902049/o-negro-que-se-tornou-o-primeiro-caso-na-justica-de-racismo-no-brasil?ref=serp>>. Acesso em: 14 out. 2020.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva – alguns elementos de reflexão. In: **Patrimônio e Memória**, v. 3, n. 1, 2007. (p. 3-13).

VIEIRA, Maria do Pilar, PEIXOTO, Maria do Rosário, e KHOURY, Yara Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 1991.

APÊNDICES

Apêndice A – Desenho “The Happy School”



(Desenho do autor referente ao episódio do menino Fernando nos anos 1950, expulso por racismo da *Happy School*, Rio de Janeiro)

Apêndice B – Desenho “Menino Fernando”



(Desenho do Autor: O “Menino Fernando” Aos 63 Anos)

ANEXO

Anexo A – Ilustração da crônica “Lei Afonso Arinos”



(QUEIROZ, Rachel de. Lei Afonso Arinos. O Cruzeiro, edição 26, 14 abr. 1956, p. 114)